

REUNIÃO: 2ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
DATA: 22/09/2023
LOCAL: PRESENCIAL - ECOARTES
INÍCIO: 14h10



PRESIDENTE: Felipe Cruz Mendonça
SUPLENTE DO PRESIDENTE: Leonardo Teófilo da Silva Cândido
COORDENADOR EXECUTIVO:
SECRETÁRIA EXECUTIVA: Elisabete Hulgado Holanda – Assistente Eufrania Abreu
VICE-SECRETÁRIA EXECUTIVA: Maria Agostinho da Silva

1. PARTICIPANTES

1.1. PRESENTES CONSELHEIROS

Entidades	Conselheiro	Contato
AAI - Associação dos Amigos do Itatiaia	Tereza Baptista Cristina Galvão	aai1951@gmail.com
AMAR – Agência de Meio Ambiente de Resende	Gabriela Rose Pontes	gabrielarossipontes@gmail.com
AEDB – Associação Educacional Dom Bosco	Antônio C. S. Esteves	acesteves@adm.aedb.br
Associação de Artesãos Macaco Arteiro de Itatiaia	Silvia Aracelli de Lima Carneiro	aracelly.celly@hotmail.com
Grupo Voluntário de Busca e Salvamento – Anjos da Montanha	Marco Aurélio Fernandes de Silva	marcoaurelioguia@hotmail.com
CBMERJ - 23º Grupamento de Bombeiros Militar	Fábio Gandra	gandratrek@gmail.com

CEIVAP-Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul	Elias Adriano dos Santos	eliasadrianodossantosadriano@gmail.com
Crescente Fértil - Projetos Ambientais, Culturais e de Comunicação	Ingrid Coelho Martins	ingridcoelhoef@gmail.com
Grupo Excursionista Agulhas Negras (GEAN)	Marcelo Brito	marcelo.brito.rj@gmail.com
Federação de Montanhismo do Estado de São Paulo – FEMESP	Zenilda B. Santos	zenib Santos9294@gmail.com
IFRJ – Instituto Federal do Rio de Janeiro	Cássia Marques Cândido	cassia.candido@ifrj.edu.br
INB – Indústrias Nucleares do Brasil	Alberto Márcio Teixeira Guimarães	pr@inb.gov.br
Instituto Estadual do Ambiente INEA/RJ	Aline Guedes Pinheiro Márcia Martins dos Santos	alineguedes.inea@gmail.com marciamartins.eng@gmail.com
Jaguar Land Rover Brasil Importação e Comércio de Veículos Ltda – Sociedade Civil	Leandro Oliveira Moreira	
Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ	Catarina da Fonseca Lira de Medeiros	catarina@jbrj.gov.br
Parque Nacional do Itatiaia ICMBio	Felipe Cruz Mendonça Leonardo Teófilo da Silva Cândido	felipe.mendonca@icmbio.gov.br leornado.candido@icmbio.gov.br
Parquetur	Pedro Cleto Carvalhaes	pedro.cleto@ac2i.com.br
Prefeitura Municipal de Itatiaia	Luana da Silva Frias	luana.frias@hotmail.com
Prefeitura Municipal de Bocaina de Minas	Danilo Costa de Almeida	sapemabm@gmail.com

UBM- Universidade Barra Mansa	Glauco de Souza Cunha	glauco.cunha@ubm.br
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – Conselheira Suplente Governamental	Renato Rodrigues Cabral Ramos	rros@mn.ufrj.br
Universidade Estácio de Sá	Geraldo da Silva Lauria	geraldo.lauria@estacio.br
UEB/RJ – União Escoteiros do Brasil	Bertier da Silva Werneck	bertier.escoteiro@yahoo.com.br
Vicariato de Resende Conselho Pastoral	Maria Clara Inês Xavier do Nascimento Marins	claraxn@gmail.com

1.2. CONVIDADOS:

Alice Kulina Simon Esteves	Convidada – AEDB	car@aedb.br
Christiana Álvares	Engenheira - Parquetur	
David Renan da Silva Ramos	Terceirizado – PNI	david.renan.terceirizado@icmbio.gov.br
Eduardo Barros	Convidado-Museu Nacional	Npa.ufrj@gmail.com
Eufrania V. das Dores Abreu	Funcionária	eufrania.abreu.terceirizada@icmbio.gov.br
Fausto calado de Carvalho	Convidado – AMAM	faustocalado@hotmail.com
Frederico Temperini	Engenheiro - Parquetur	manutenção.itatiaia@parquetur.com.br
Hugo Ferraz Penteado	Convidado – AAI	aai1951@gmail.com

Izabel Cristina Silva Moura	Palestrante	izabelsmoura@gmail.com
Luiz Carlos Oliveira	Convidado	luizkdvc@gmail.com
Luiz Eugênio Junqueira de Oliveira	ICMBio – PNI	luizeugenio@icmbio.gov.br
Maria Agostinho da Silva	ICMBio – PNI	masagostinho@terra.com.br
Marcus Vinícius	Convidado – ParqueTur – BR Consultoria	
Maurício	ParqueTur	
Pedro de Matias Gonçalves	Convidado	serrinhamatos@gmail.com
Rodrigo Santos	Parquetur	operacoes.itatiaia@parquetur.br
Vinícius Martins	Convidado - ParqueTur – MSV (Tirolesa)	

2. BOAS VINDAS

Aos vinte e dois dias do mês de setembro de 2023, às treze horas e cinquenta minutos, teve início a 2ª Assembleia Geral Ordinária do CCPNI (Conselho Consultivo do Parque Nacional da Itatiaia), presidida pelo Sr. Felipe Mendonça.

O Sr. Felipe deu as boas-vindas aos presentes, expressando sua gratidão pela participação de todos. Em seguida, procedeu com a apresentação da pauta da reunião.

2.1 ASSUNTOS TRATADOS

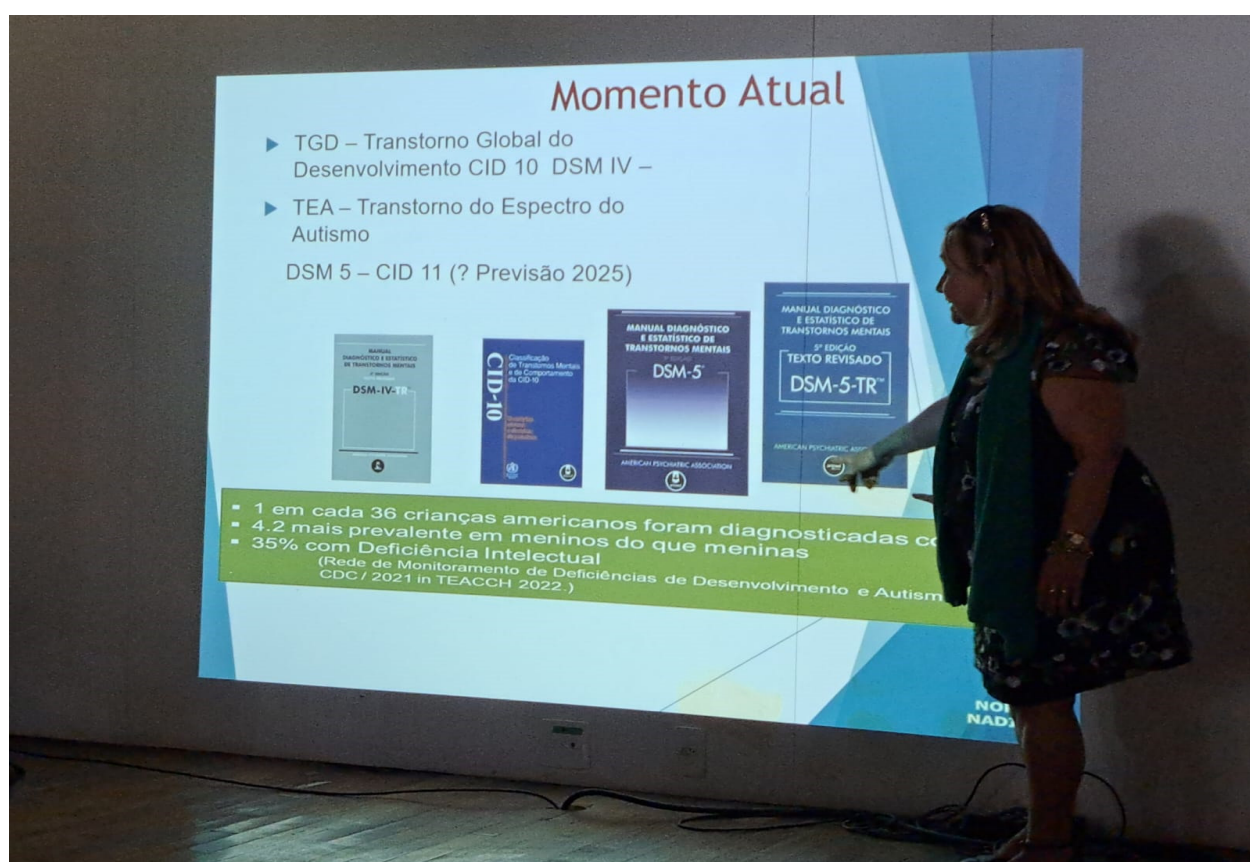
2.2 PAUTA

- 1 - Semana da Acessibilidade - Palestra com especialista em Autismo;
- 2 - Compensação Ambiental ref. a pavimentação asfáltica da Estrada para Visconde de Mauá e Zona de Amortecimento do PNI;
- 3 - Tirolesa no PNI - Participação da Parquetur;
- 4 - Moção e Recomendação (valores de ingressos; fechamento às segundas-feiras e desconto entorno - PNI);

O Sr. Felipe ressaltou que a ocasião marcava a celebração da VII Semana da Acessibilidade no PNI, enaltecendo a relevância do evento. Convidou, então, a palestrante psicóloga e professora Sra. Izabel Cristina Silva Moura para abordar o tema "Transtorno do Espectro do Autismo".

TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO

A psicóloga e professora Sra. Izabel Cristina Silva Moura proferiu uma breve fala, compartilhando valiosas informações sobre o Transtorno do Espectro do Autismo, enriquecendo os presentes com seu conhecimento especializado.



3. APROVAÇÃO DAS ATAS: 1ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E 1ª ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DE 2023

O Sr. Felipe Mendonça, propôs a aprovação das Atas anteriores, a saber: Ata da 1ª Assembleia Geral Ordinária realizada em 23/06/2023 e Ata da 1ª Assembleia Extraordinária realizada em 04/08/2023.

As referidas Atas já haviam sido submetidas à apreciação dos conselheiros e, por unanimidade, foram aprovadas. Tal decisão se fundamentou no fato de que o quórum já se encontrava com 65% de representatividade.

Dessa forma, as Atas mencionadas foram consideradas oficialmente aprovadas e arquivadas para registro.

Na sequência o Sr. Felipe Mendonça, procedeu à entrega do Termo de Posse aos Conselheiros nomeados para a gestão em questão e que não estavam presentes em cerimônia anterior.

Os Conselheiros foram:

1. Elias Adriano dos Santos - Representante da CEIVAP;
2. Renato Rodrigues Cabral Ramos - Representante da UFRJ;
3. Leandro Oliveira Moreira - Representante da Jaguar Land Rover;
4. Catarina da Fonseca Lira de Medeiros - Representante do JBRJ.

Os Termos de Posse foram recebidos pelos novos conselheiros com a devida assinatura de ciência e aceitação do encargo.

4. CONTRIBUIÇÕES DOS CONSELHEIROS PARA INSERÇÃO DE ASSUNTO NA PAUTA:

COMPENSAÇÃO AMBIENTAL REFERENTE A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA ESTRADA PARA VISCONDE DE MAUÁ E ZONA DE AMORTECIMENTO DO PNI.

O Sr. Felipe Mendonça, informou aos presentes sobre contribuições recebidas de um dos conselheiros para a inclusão de novos tópicos na pauta.

Destacou, em especial, o pleito do Conselheiro Sr. Marcelo Brito para a discussão acerca da Compensação Ambiental relacionada à pavimentação asfáltica da Estrada para Visconde de Mauá e à Zona de Amortecimento do PNI. Solicitou que o Sr. Brito contextualizasse sobre o tema, relatando o que desejaria tratar sobre esse assunto

O Conselheiro Sr. Marcelo Brito representante do Grupo excursionista Agulhas Negras – GEAN tomou a palavra e contextualizou os presentes sobre os desenvolvimentos recentes referentes à Compensação Ambiental em questão, detalhando os pontos-chave.

Iniciou sua fala mencionando que, aproximadamente 15 anos atrás, havia iniciado uma discussão a respeito de um projeto de pavimentação para acesso à região de Visconde Mauá. Informou que essa discussão foi completamente litigiosa na época. Relatou que ocorreu uma disputa entre os órgãos ambientais, no caso, o ICMBio e o INEA, para determinar qual deveria ser o órgão licenciador desta estrada. Essa disputa, que foi judicializada, resultou na decisão de que o INEA seria o órgão licenciador. Posteriormente, o INEA, como órgão licenciador, emitiu duas licenças: uma licença prévia e uma licença de instalação. Em ambas continham uma lista de itens de compensação ambiental relacionados à execução do projeto.

Dentro desse projeto, alguns desses itens de compensação ambiental eram direcionados especificamente para o Parque Nacional do Itatiaia (PNI). O INEA reconheceu que a pavimentação dessa estrada poderia causar certos problemas sociais na região de Visconde de Mauá, afetando também o PNI. Informou que, então, listaram determinados itens de compensação e controle para ajustar os possíveis resultados da reforma dessa estrada. O Sr. Marcelo Brito destacou que o problema com o PNI se agravou um pouco devido ao fato de que, desde a criação do seu Plano de Manejo, estava especificada a necessidade da Zona de Amortecimento, a qual até hoje não foi implementada devido à falta de uma decisão em Brasília.

O Sr. Marcelo Brito esclareceu que a Zona de Amortecimento tem como objetivo proteger a Unidade de Conservação dos impactos causados pela população do entorno, com novas construções, loteamentos e uso indevido dos terrenos. Ele exemplificou que a Prefeitura do Município de Itatiaia manifestou, há aproximadamente dois anos, a intenção de construir um autódromo de Fórmula Um no município, próximo ao PNI. Na época, essa questão foi levada ao ICMBio pelos conselheiros, e para surpresa deles, o Parque informou que não tinha como intervir nesse assunto devido à ausência da Zona de Amortecimento.

O Sr. Marcelo Brito ressaltou que a falta da Zona de Amortecimento enfraquece a proteção legalmente prevista para o Parque. Enfatizou que a situação é um pouco mais complexa, mas que estava tentando simplificar ao máximo. Prosseguindo, relatou que com a pavimentação em Visconde de Mauá, o turismo na região cresceu significativamente, levando ao aumento da população fixa, que praticamente dobrou. Além disso, há uma população flutuante de turistas que visitam a região. Observou que muitas pessoas que se mudam para a região levam animais domésticos e é comum encontrá-los soltos, inclusive dentro do Parque.

O Sr. Marcelo Brito lembrou que, apesar da simpatia pelo gestor anterior, Sr. Luiz Aragão, a ligação dele com o movimento de trilhas gerava um conflito de interesses, pois impulsionava a abertura de novas trilhas e a criação de novos atrativos dentro do Parque. Ele acreditava que na Parte Baixa isso não trazia muitos problemas devido à infraestrutura existente. No entanto, na Parte Alta, em Visconde de Mauá e em Bocaina de Minas, essa situação se mostrava diferente. Quando o governo do estado solicitou o licenciamento, estava previsto a entrega de um plano completo para a proteção da área do PNI, o que nunca foi feito. Além disso, estava prevista a instalação de trailers rodoviários nos vales de Visconde de Mauá, por onde as pessoas acessam o Parque. O Parque tomou conhecimento desse planejamento e solicitou a modificação do projeto, sugerindo a construção de uma base fixa no terreno da Cachoeira do Escorrega, adquirido pelo ICMBio. No entanto, o governo do estado nunca tomou nenhuma providência.

O Sr. Marcelo Brito informou que o INEA, como órgão licenciador, possui uma Secretaria de Licenciamento com um departamento interno responsável por cuidar e prestar contas. Ele já questionou oficialmente esse departamento, mas nenhuma providência foi tomada. Por isso, ele gostaria que o Conselho realizasse uma votação para convocar um representante do Ministério Público a fim de explicar a falta de envolvimento nessas duas questões cruciais para a proteção do PNI.

O Sr. Marcelo Brito concluiu sua fala informando que os Ministérios Públicos Federal e Estadual foram acionados por meio de ofícios, mas as respostas foram evasivas. O Ministério Público Federal alegou que a questão era de competência do Ministério Público Estadual, enquanto a Zona de Amortecimento, na visão dele, é de responsabilidade do Ministério Público Federal. Destacou que existem ações judiciais em curso, mas sem avanços significativos.

Portanto, ele solicitou que o Conselho convocasse um representante do Ministério Público para uma reunião a fim de esclarecer as dificuldades e discutir formas de pressionar pela resolução dessas questões. Manifestou preocupação diante das promessas de abertura de novas trilhas e de acesso ao Parque a cavalo. E diz não estar ouvindo nenhuma discussão de como será a fiscalização para proteção dessas áreas e o controle de acessos proibidos.

O servidor Leonardo Cândido respondendo à intervenção do Sr. Marcelo Brito, comentou que o Sr. Marcelo estava mais bem informado sobre o assunto em questão, dado que ele havia buscado informações de várias instituições e havia recebido um volume substancial de dados. Sugeriu ao Sr. Marcelo que compartilhasse essas informações com o Conselho a fim de manter todos os membros devidamente informados. Ressaltou que, de acordo com as informações que possuía, a situação estava judicializada e não havia sido resolvida. O Parque encontrava-se, nas palavras do Sr. Leonardo, de mãos atadas. Sr. Leonardo sugeriu que a ação mais viável seria continuar pressionando o SEOBRAS, o INEA e o Ministério Público. Talvez até mesmo considerar a realização de uma audiência na justiça para apresentar argumentos persuasivos. O Sr. Leonardo ponderou que o estado poderia estar em uma posição mais favorável do que anteriormente, quando interromperam todas as atividades. Hoje, poderiam estar em melhores condições para cumprir as compensações que são devidas e justas. Concluiu sua fala afirmando que não possuía mais informações sobre o assunto em questão.

O Conselheiro Sr. Marco Aurélio, representante do Grupo Voluntário de Busca e Salvamento - Anjos da Montanha, tomou a palavra durante a reunião e sugeriu que fosse consultado sobre o assunto em questão os conselheiros representantes do INEA que estavam presentes na reunião.

A Conselheira Sr^a Aline Guedes, representante do Instituto Estadual do Ambiente INEA/RJ, declarou não possuir informações sobre a questão mencionada. No entanto, se comprometeu a buscar essas informações e apresentar ao Conselho em uma data futura.

O Sr. Felipe Mendonça dirigiu-se aos conselheiros e levantou a possibilidade de que o Conselho enviasse uma comunicação oficial, solicitando esclarecimentos, tanto ao SEOBRAS quanto ao INEA. Esclareceu não considerar ser necessário submeter essa questão a votação, pois não a enxerga como ponto de discordância e dirigiu-se ao Sr. Marcelo convidando-o a apresentar sugestões ou observações adicionais.

O Sr. Marcelo Brito expressou concordância com a proposta do Sr. Felipe Mendonça, vendo-a como o caminho correto a seguir. No entanto, o Sr. Marcelo relatou ter concluído previamente todo o procedimento em questão. Comunicou que possui cópias de todos os documentos relacionados a esse assunto e que eles estão disponíveis. O Sr. Marcelo destacou que a única coisa que ainda não conseguiu obter foi o plano de proteção do PNI, o qual solicitou. Ele mencionou que o INEA está requerendo que ele vá pessoalmente ao Rio de Janeiro para preencher um formulário, o que implicaria perder um dia inteiro, além de custear todas as despesas associadas. Isso ocorre devido à falta de digitalização dos documentos, tornando necessária a solicitação manual.

O Sr. Marcelo ressaltou que chegou a buscar auxílio junto ao Ministério Público para exercer pressão sobre o INEA a fim de obter essa documentação sem a necessidade de deslocamento ao Rio de Janeiro. No entanto, o Ministério Público não forneceu uma explicação clara sobre a impossibilidade de agir nesse sentido. Foi nesse momento que ele optou por buscar ajuda através do Conselho, visto que individualmente ele não estava conseguindo exercer pressão suficiente para obter respostas.

O Sr. Felipe Mendonça disse que lhe parecia ser o papel do Conselho cobrar esse tipo de respostas, porque realmente não se sabia onde estava o problema, mas que ele recomendava reforçar a atitude do Sr. Marcelo, do Conselho, em se manifestar para o INEA e para o SOBRAS para ver em que pé estava a situação, se havia uma expectativa de conclusão e conforme fosse, aguardariam essa resposta. Questionou aos conselheiros se poderia ser assim conforme foi sugerido e, se fosse o caso, fazer um ofício em nome do Conselho com posterior encaminhamento.

O Sr. Marcelo Brito perguntou se o Conselho desejava que ele compartilhasse toda a documentação, ressaltando que eram dez arquivos em anexo, com cópia da licença, cópia de capítulo do plano básico ambiental, falando exclusivamente do plano de compensação, se colocando à disposição para compartilhar.

ZONA DE AMORTECIMENTO:

O Sr. Felipe Mendonça explica que a Zona de Amortecimento está prevista no SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação). Ele a descreve como uma faixa ou área adjacente ao Parque com o propósito de minimizar o impacto das atividades humanas no seu entorno, servindo para "amortecer" possíveis impactos no Parque, daí o nome.

Destaca que até o ano de 2006, a Zona de Amortecimento era estabelecida no Plano de Manejo. Porém, após esse ano, surgiu uma grande controvérsia em Abrolhos, onde o tamanho da Zona de Amortecimento foi amplamente questionado, abrangendo muitas áreas. Isso levou órgãos de controle como a CGU – Controladoria Geral da União a se envolver no assunto.

Eles estabeleceram que, atualmente, a Zona de Amortecimento só pode ser estabelecida pelo mesmo instrumento ou por um instrumento superior àquele que criou a Unidade. Portanto, agora, a Zona de Amortecimento só pode ser definida por meio de um decreto presidencial ou por um projeto de lei. Isso significa que o presidente do ICMBio não tem mais essa competência. No entanto, há alguns decretos de criação de Unidades que determinam que a Zona de Amortecimento será definida pelo presidente do ICMBio. Nos casos em que esses dispositivos estão presentes, o Plano de Manejo pode criar a Zona de Amortecimento, o que não é o caso do PNI.

Assim, a Zona de Amortecimento presente no Plano de Manejo de 2014 é uma proposta e não é efetivamente válida. O ICMBio e o MMA estão buscando uma abordagem jurídica para retomar essa atribuição, o que não tem sido uma tarefa fácil. Atualmente, as Zonas de Amortecimento que estão sendo estabelecidas ocorrem em situações de processo judicial ou nos casos em que existe um decreto autorizando o ICMBio a realizar essa zoneação.

O Sr. Felipe concordou com o Sr. Marcelo que isso traz muita fragilidade, pois seria benéfico para o Parque a proteção de seu entorno. Mas a princípio, seria isso que ele teria a falar de Zona de Amortecimento e agora, a questão é observar como isso funcionará nos próximos tempos. Ele lembrou que existe uma orientação para que a Zona de Amortecimento tenha o cuidado de não se sobrepor a outras Unidades de Conservação, como por exemplo é o caso do Parque Nacional do Itatiaia, que tem ao seu redor a APA da Mantiqueira, além de outras Unidades Estaduais e RPPNs. Portanto, a orientação técnica é buscar ao máximo evitar sobreposições, pois isso poderia gerar complexidades jurídicas significativas.

O Sr. Marcelo Brito destacou um problema adicional relacionado à sobreposição na zona urbana dos municípios de Resende e Itatiaia. Mencionou que ambos estão revisando seus Planos Diretores e, cada vez mais, estão ampliando suas zonas urbanas, adentrando na área do Parque. Mencionou que é conselheiro da APA Serra da Mantiqueira e que procurou informações sobre o Plano Diretor de Resende, mas eles afirmam que não foram convidados para nenhuma reunião e não receberam notificações a respeito. No caso de Resende, a situação é ainda mais problemática, pois não se sabe o que aconteceu com a versão anterior de seu plano diretor, onde todos os mapas de zoneamento ambiental desapareceram. Isso torna o trabalho de fiscalização extremamente precário, utilizando apenas uma tabela Excel com as definições de cada zona de zoneamento ambiental. E ao chegarem em um terreno para inspeção, eles avaliam as características do local e verificam onde se encaixa nas definições da planilha.

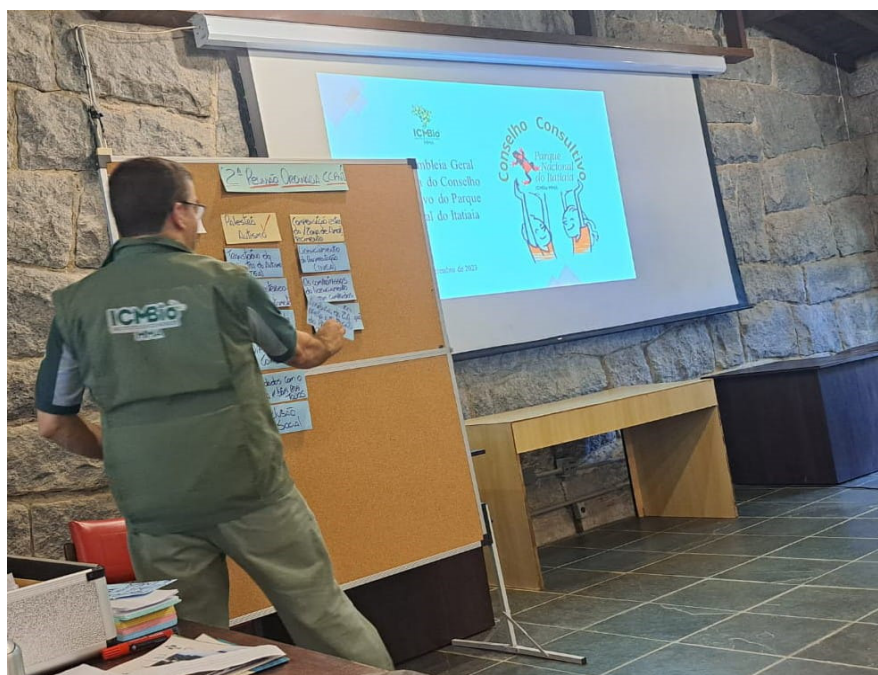
Ressaltou que existe um zoneamento completo da APA da Serra Mantiqueira que já está publicado e que poderia ser utilizado, mas estão praticamente limitados ao uso dessa tabela. Em relação a Itatiaia, não há fiscalização efetiva devido à falta de recursos humanos. Isso cria uma situação em que praticamente tudo é permitido, como é o caso em Visconde Mauá, onde não há ninguém fiscalizando. Isso se torna um problema quando o Parque utiliza a alegação da sobreposição, pois na Serra da Mantiqueira são vinte e sete municípios para cinco ou seis fiscais. No Parque, há mais fiscais, o que daria condições para uma fiscalização mais efetiva se essa área de amortecimento existisse.

O Sr. Felipe Mendonça destacou um ponto importante em relação à atuação do Parque mesmo fora dos seus limites e sem uma Zona de Amortecimento. Explicou que isso não impede necessariamente a atuação do Parque, pois se conseguirem demonstrar que o impacto que está ocorrendo fora do Parque tem uma relação direta com os recursos dentro do Parque e que a atividade que está ocorrendo no entorno do Parque está afetando a biodiversidade do Parque, então eles têm o direito de intervir. Eles também podem sobrepor em uma área de outra Unidade de Conservação, como por exemplo, em casos de mineração. Se ficar claro que é necessário monitorar essa área, mesmo que esteja dentro de uma APA, o Parque pode intervir se isso for realmente relevante para a conservação do Parque. Portanto, sempre que conseguirem provar que a atividade externa tem uma relação direta e prejudica diretamente a biodiversidade do Parque, eles têm o respaldo para agir.

O Sr. Felipe Mendonça realizou um resumo dos temas previamente discutidos e dos resultados obtidos. Dentre os temas abordados, destacam-se:

1. Licenciamento do asfalto da estrada de Visconde de Mauá, executado pelo INEA, o qual gerou diversos compromissos não cumpridos pela referida instituição;
2. Impacto causado pelo asfaltamento, conforme apresentado pelo Sr. Marcelo, resultando no aumento populacional na região e conseqüente pressão sobre os recursos locais;
3. Ausência da Zona de Amortecimento (ZA), com impacto direto na proteção do Parque.

Como deliberação, ficou acordado que o Conselho emitirá uma manifestação direcionada ao SEOBRAS e ao INEA, questionando sobre o processo de licenciamento e a forma como está prevista a execução da compensação. Ademais, conforme as respostas obtidas, será avaliada a necessidade de acionar o Ministério Público Federal.



TIROLESA CONTEXTUALIZAÇÃO - ICMBio

O Sr. Felipe Mendonça deu início à discussão sobre a Instalação de uma Tirolesa no Parque Nacional do Itatiaia (PNI). Ele destacou o desafio de abordar o tema da Tirolesa com a devida qualidade e propôs dois passos para a apresentação. Primeiramente, realizaria uma breve exposição sobre a distinção da Tirolesa no contexto do contrato de concessão, além de explicar como se chegou a esse ponto. Posteriormente, os responsáveis pelo projeto, em conjunto com a Parquetur, apresentariam o projeto e detalhariam como o processo seria conduzido.

Após obter a concordância de todos os presentes, o Sr. Felipe iniciou sua apresentação, exibindo uma linha do tempo que ilustrava como o tema da tirolesa havia sido tratado ao longo dos anos junto ao conselho. Ele ressaltou que esse assunto estava em discussão desde o ano de 2017, dois anos antes da concessão, conforme descrito nas Atas do CCPNI. Lembrou que, antes da concessão, foram realizados estudos de viabilidades econômicas, nos quais foram contempladas atividades como arborismo, tirolesa, teleféricos, alimentação e transporte interno.

Enfatizou que a questão da tirolesa sempre esteve associada à concessão e esclareceu que não foi vinculada a uma concessionária específica, mas sim como parte da estratégia do ICMBio para diversos Parques, visando a introdução de equipamentos de aventura. Ressaltou que tudo o que é incluído em um edital de concessão para o ICMBio é parte dessa estratégia.

O Sr. Mendonça informou que a Parquetur, concessionária, mostrou grande entusiasmo com a experiência obtida com a instalação de uma tirolesa no Parque Estadual Caminhos do Mar, em São Paulo. Em 1º de setembro de 2023, a Parquetur apresentou um projeto ao Parque do Itatiaia, o qual seria compartilhado com os conselheiros logo em seguida. Ele reforçou que a apresentação realizada era para proporcionar uma compreensão abrangente do processo conduzido sobre esse assunto.

O Sr. Felipe fez uma leitura de uma das cláusulas do projeto básico de concessão referente à tirolesa, destacando os principais pontos. Explicou que esse projeto básico foi elaborado para a primeira concessão e, com a chegada da Parquetur, houve negociações que resultaram em um termo aditivo. No entanto, a obrigação de implementar a tirolesa permaneceu com a redação original. Informou que o prazo para a entrega da tirolesa foi estabelecido em 29 meses após a assinatura, ou seja, após janeiro de 2023.

O Sr. Felipe esclareceu que a proposta é ter uma tirolesa saindo do Centro de Visitantes até o Mirante do Último Adeus. Verificou-se a situação das áreas envolvidas, constatando que a área do Centro de Visitantes é pública do ICMBio, enquanto a área do Mirante do Último Adeus está em processo final de doação pela empresa Enel, companhia de energia elétrica, para o Parque. As demais áreas por onde a tirolesa passará são de uso intensivo. Sendo assim a tirolesa será instalada toda em áreas públicas.

Ele abordou a relevância de instalar uma tirolesa no PNI, visando aumentar e diversificar o público do Parque. Destacou a intenção de sensibilizar mais pessoas para adotar o Parque como espaço e acreditou que a tirolesa poderia atrair um público que possivelmente não visitaria o Parque de outra forma. Essas pessoas teriam a oportunidade de explorar as belezas naturais, como cachoeiras e outros atrativos, o que, por sua vez, poderia ampliar e diversificar o público visitante. O Parque manifestou interesse em proporcionar uma variedade de atrativos para enriquecer a experiência dos visitantes.

TIROLESA APRESENTAÇÃO PARQUETUR

O Sr. Rodrigues Santos cumprimentou a todos e apresentou-se como Gerente Operacional da ParqueTur. Informou que a concessionária iria realizar uma apresentação abrangente e detalhada do projeto da tirolesa, contando com a participação do Sr. Vinicius Martins, Sócio-diretor da empresa MSV, especializada em tirolesas em todo o Brasil, juntamente com técnicos da Br Consultoria. Destacou que estes já estavam analisando a questão do impacto ambiental mínimo. Ressaltou que a Parquetur possui uma visão muito focada em não causar impacto no meio ambiente, tanto em termos ambientais quanto visuais. O Sr. Rodrigo compartilhou o sucesso da instalação de uma tirolesa no Caminhos do Mar, em São Paulo, mencionando os impactos positivos tanto em termos de cobertura midiática quanto de visitação. Os números de visitantes têm sido notavelmente expressivos, o que motivou o interesse da Parquetur em antecipar as discussões contratuais referentes à tirolesa aqui no Parque Nacional do Itatiaia. Em seguida, o Sr. Rodrigo passou a palavra para o Sr. Vinicius Martins, para que ele iniciasse a apresentação do projeto idealizado para o PNI.



O Sr. Vinicius Martins, sócio-diretor da empresa MSV, cumprimentou e agradeceu a todos os presentes, ressaltando ser uma grande honra e privilégio apresentar o projeto em questão.

O Sr. Vinicius Martins relatou que o tópico referente ao equipamento da tirolesa já havia sido abordado de forma abrangente pelo Sr. Felipe, dispensando assim a necessidade de repetição. Ele destacou a intenção de otimizar o tempo explicando o que a empresa fazia e os motivos que a impulsionavam. Apresentou-se como o atual Sócio-diretor da empresa MSV, uma companhia de engenharia especializada com dezoito anos de atuação no mercado. Informou que a empresa já implementou aproximadamente 250 equipamentos de aventura em dezenove estados do Brasil, englobando meios de hospedagem, Parques Naturais, Parques Privados, e outras áreas de entretenimento. Ressaltou o processo de implementação da norma internacional de qualidade ISSO 9001, com o objetivo de obter a certificação em março de 2024. Destacou a presença de uma equipe de engenheiros especializados, tanto na parte mecânica quanto na parte civil. Salientou que a segurança é o pilar fundamental da empresa, sendo essencial abordar este aspecto ao falar sobre tirolesas. O Sr. Vinicius Martins enfatizou que todos os projetos são personalizados, possuindo sua própria identidade e características únicas. No caso do Parque Nacional do Itatiaia, a abordagem será igualmente personalizada, levando em consideração as particularidades do local, a participação da comunidade e o respeito às diretrizes previamente estabelecidas. Informou ainda que as imagens que trouxe representam alguns projetos já executados, enquanto outras servem de inspiração. No entanto, frisou que o projeto a ser desenvolvido para o PNI será concebido considerando as características únicas do próprio Parque, com a participação ativa da comunidade e respeitando as diretrizes previamente estabelecidas. Ressaltou que, embora tenha sido mencionado o termo "projeto" com frequência durante a reunião, estão em uma fase anterior, conhecida como anteprojeto. Nesta etapa, diversos aspectos estão sendo avaliados e refinados. Nos últimos dez dias, um estudo detalhado foi conduzido, incluindo levantamento topográfico com o uso de drones e tecnologia RTK. Apesar de muitos elementos ainda estarem em processo de análise, ele destacou que a chamada "zona cinzenta" está gradualmente se esclarecendo.

O Sr. Vinicius Martins apresentou com precisão a concepção da tirolesa proposta. Explicou que se trata de uma tirolesa dupla, projetada para ser totalmente acessível a todos os visitantes. Forneceu detalhes como altura, distância, materiais que serão utilizados na construção, entre tantos outros detalhes. Ao término da apresentação, o Sr. Vinicius Martins se colocou à disposição para perguntas e considerações dos presentes.

A Sra. Christiana Álvares, Engenheira Ambiental e Civil da concessionária Parquetur, tomou a palavra para apresentar a equipe da BR Consultoria, ressaltando que seriam eles os responsáveis pelo início dos estudos relacionados ao impacto ambiental. Ela informou que cada membro da equipe se apresentaria individualmente. Em seguida, a Sra. Christiana mencionou que gostaria de reforçar o que já havia sido abordado pelo Sr. Vinicius Martins, destacando que o projeto da Tirolesa ainda se encontrava em estágio inicial. Ela pontuou que algumas perguntas ainda não poderiam ser respondidas, especialmente pelo pessoal da BR Consultoria, pois estavam iniciando suas atividades naquele dia. Portanto, a proposta era que os membros da BR Consultoria fizessem uma breve apresentação, demonstrando suas especialidades e experiências relevantes junto ao Conselho, junto ao Parque e o ICMBio, no contexto deste projeto. Em seguida, passou a palavra para os membros da BR Consultoria para as devidas apresentações individuais.

O Sr. Marcius Vinicius cumprimentou e agradeceu a todos, apresentando-se como Biólogo e Gestor Ambiental, representando a BR Consultoria. Ele informa que a BR Consultoria tem trabalhado em parceria com a Parquetur em diversos projetos. A empresa possui expertise na realização de estudos ambientais e na fase de licenciamento ambiental para uma variedade de empreendimentos. Nos últimos quatro anos, têm focado especialmente nessa modalidade de estudos para fornecer suporte a projetos de concessão, desde as fases iniciais como a elaboração de editais e estudos de modelagem, até o suporte para as equipes de arquitetura, realizando estudos de restrições e delineando as diretrizes dos planos de manejo, garantindo que os projetos estejam alinhados com as diretrizes dos Parques. Informou que mais recentemente, a BR Consultoria tem auxiliado na implantação das estruturas. O objetivo é fornecer apoio à Parquetur para cumprir as normativas do ICMBio e viabilizar a implementação das estruturas no Parque. Isso inclui estudos detalhados das vegetações, com foco especial, e posteriormente, na fase construtiva, dar suporte para garantir o cumprimento das normativas do ICMBio, visando minimizar ao máximo o impacto ambiental, através de práticas como resgate de pistas, bromélias e fauna, com o objetivo de reduzir ao máximo possível o impacto no projeto.

O Sr. Maurício cumprimentou e agradeceu a todos os presentes, apresentando-se como Engenheiro Agrônomo com mestrado e doutorado, especializado na área de restauração de ecossistemas degradados. Ele compartilhou sua extensa experiência, destacando seu envolvimento em um grupo de pesquisa dedicado à restauração de áreas degradadas no Estado de São Paulo desde o ano de 2003. Esse grupo foi fundamental na elaboração das primeiras resoluções que orientam os reflorestamentos heterogêneos no Estado. O Sr. Maurício ressaltou seu trabalho em obras que envolveram o resgate de plantas, como no projeto de matas ciliares do governo estadual. Ele atua como consultor em diversos setores, com especialização na restauração de áreas em degradação e no licenciamento de empreendimentos de variados tipos, acumulando mais de quinze anos de experiência nessa área. Nos últimos quatro anos, o Sr. Maurício tem se dedicado intensamente à questão do impacto em Unidades de Conservação, o que para ele representa uma grande satisfação. Além do aspecto profissional, ele expressou o prazer de visitar Parques e Unidades de Conservação em todo o Brasil. Enfatizou também a importância de trazer toda essa experiência da consultoria para identificar os pontos mais adequados. Coloca-se à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas.

1ª PLENÁRIA:

O Sr. Renato Rodrigues, representante da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – Conselheiro Suplente se apresentou como professor da UFRJ e conselheiro Suplente do Profº Márcio Zikan. Comunicou que o Sr. Márcio tinha uma banca de doutorado no Rio de Janeiro e não pôde comparecer. Por esta razão, ele estava ali representando a UFRJ. Informa que é Geólogo e assistiu a apresentação do projeto da tirolesa, com atenção. Destacou que uma foto lhe chamou muito a atenção: uma foto sobre a parte terminal da Tirolesa.

Relatou que o que ele viu e chamou sua atenção foi a própria escarpa rochosa. Na borda desse maciço, notou fraturas e que observou uma queda de blocos bastante recente, uma área bastante limpa. Esclareceu que essa queda de blocos está obviamente condicionada por fraturamentos. Além disso, menciona a presença de paredes de rocha muito dura. No exato local da torre, existe uma faixa de mata que pode muito bem representar uma zona de fratura mais intensa, onde houve um processo de intemperismo de rocha e, conseqüentemente, cresceu a vegetação devido à presença de solo.

Diante disso, mesmo compreendendo que a equipe estava em um estágio inicial de estudos, ele vê uma necessidade bastante grande de um estudo geológico técnico bastante aprofundado neste local. Explica que, ao observar de longe, tem algumas preocupações e talvez sua maior inquietação seja a queda de blocos muito recente. Com isso, a implantação de uma torre neste local, bem como qualquer desmatamento que possa vir a ocorrer, pode causar algumas alterações de estabilidade e eventualmente, no futuro, poderá ocasionar algum problema. Ressalta que essa é apenas uma recomendação e sugere que se faça o acompanhamento com um estudo geotécnico realizado por um geólogo.

O Sr. Renato Rodrigues agradeceu e finalizou sua fala.

O Conselheiro Suplente Sr. Geraldo Lauria, representante da Universidade Estácio de Sá, relatou que é geotécnico. Ele destacou que também chamou sua atenção a vegetação ao redor da estrutura rochosa do Mirante do Último Adeus. Observou que, geralmente, uma vegetação mais abundante nesse contexto pode indicar a ocorrência de uma fratura. Além disso, apontou a possibilidade de existir um colo, mais material residual, algo que influencie o fluxo da vegetação e até mesmo a presença de mudas de árvores de grande porte. O Sr. Geraldo Lauria disse que gostaria de saber se a equipe da Br Consultoria, possuía algum projeto de execução desse tipo e conclui sua intervenção.

O convidado Sr. Eduardo Barros representante do Museu Nacional expressou seu interesse em contribuir com a equipe, considerando a fase inicial do projeto. Relatou sua extensa experiência de mais de uma década no trabalho com grupos de primatas do Parque. Esclareceu que sua participação seria direcionada exclusivamente para contribuir com os estudos futuros. Informou que o foco da equipe seria em três grupos de Macacos-prego, alojados precisamente no ponto do Mirante do Último Adeus, e mais dois grupos próximos ao Centro de Visitantes. Adicionalmente, mencionou a presença de dois grupos de Macacos Sauá junto a esses grupos próximos ao Centro de Visitantes.

O Sr. Eduardo ressaltou sua limitação em fornecer informações detalhadas sobre o impacto na fauna local, mas expressou confiança de que a equipe realizará esse levantamento. No entanto, demonstrou preocupação quanto à altura da torre e à logística de retorno dos usuários do Mirante do Último Adeus para o Centro de Visitantes, especialmente considerando a expectativa da concessionária de atender até 600 usuários em um dia de pico. Questionou se a equipe já possui uma previsão quanto à altura da torre e a respeito dessa logística de retorno.

O Sr. Eduardo Barros colocou-se à disposição para auxiliar no que for necessário.

O Sr. Vinícius Martins agradeceu a participação e contribuição dos presentes e anunciou que responderia às perguntas, começando pelas mais recentes. Em resposta ao questionamento do Sr. Eduardo Barros sobre a previsão de altura da torre, o Sr. Vinícius explicou que os estudos ainda estão em fase inicial e que a altura está estimada entre 10 à 14 metros. Quanto ao retorno dos usuários, o Sr. Vinícius passou a palavra para o Sr. Rodrigo Santos, que informou que está sendo estudada a possibilidade de um transporte interno utilizando vans. O Sr. Vinícius também respondeu aos questionamentos dos conselheiros Sr. Renato e Sr. Geraldo, informando que os estudos geológicos estão sendo considerados. Agradeceu a todas as contribuições e se colocou à disposição para trocas de informações. Ressaltou que o projeto ainda está em uma fase preliminar, e que a viabilidade é a principal premissa. Afirmou que, inicialmente, confirmada a possibilidade de instalação da tirolesa, outras premissas serão avaliadas, todas relacionadas à segurança. Por fim, expressou gratidão aos professores presentes.

2ª PLENÁRIA:

O Conselheiro Sr. Fábio Gandra, representante do 23º CBMERJ, expressou o desejo de fazer algumas perguntas e colocações:

1. Perguntou se o valor do passeio na tirolesa estará incluso no valor do ingresso;
2. Mencionou a existência de pelo menos três VIAS de escalada na BORDA da rocha (área da queda de blocos citada pelo prof. Renato, anteriormente) do Mirante do Último Adeus, as quais são utilizadas pelos escaladores do Parque, e mencionou a existência de um croqui delas no livro de escalada do Parque;
3. Questionou se a empresa que realizará os estudos está regularizada e se será contratada pela concessionária mesmo assim;
4. Indagou se será necessário cortar algumas árvores devido à posição do ponto de largada da tirolesa;
5. Refletiu sobre a estratégia do ICMBio e questionou se o Conselho deve aceitar todas as estratégias sem questionamento. Levantou a possibilidade de o ICMBio ter uma estratégia equivocada em relação às Unidades de Conservação e à instalação de tirolesas ou outros equipamentos de aventura;
6. Sugeriu que a única intervenção necessária no Mirante do Último Adeus seria a instalação de uma rampa de acessibilidade em substituição aos degraus existentes. Perguntou se há algum projeto relacionado a essa questão;
7. Argumentou que, apesar de considerar o projeto da tirolesa interessante, seguro e profissional, não é apropriada para uma UC, mas sim para uma RPPN ou sítio particular.

O Sr. Fábio Gandra também levantou uma questão conceitual sobre a justificativa para a instalação da tirolesa no Parque, ponderando que a preservação da experiência pura e a viagem no tempo são aspectos fundamentais para os visitantes de uma Unidade de Conservação. Por fim, o Sr. Fábio Gandra questionou se os macacos-prego não seriam impactados pela tirolesa, levando em conta sua tendência a andar nos fios de alta tensão.

O convidado Sr. Pedro Gonçalves se apresentou como morador do entorno (Serrinha), montanhista e membro ativo na Câmara de Montanhismo do Parque. Relatou que a estratégia do ICMBio de introduzir esse tipo de equipamento dentro de uma Unidade de Conservação o surpreendeu, especialmente em um momento em que seria mais apropriado atrair um maior público para promover a conscientização sobre o que é um Parque. Segundo sua opinião, uma pessoa que visita o Parque em busca de diversão em uma tirolesa não está necessariamente interessada nos atrativos naturais da área, os quais já são bastante numerosos. Levando isso em consideração, mencionou as discussões na Câmara Temática de Montanhismo e Ecoturismo – CTME, trazidas pelo Sr. Marcelo sobre o acesso às trilhas e a portaria em Visconde de Mauá, demandas antigas da região, que seriam muito mais fáceis de consolidar do que a implementação de uma tirolesa.

Para ele, a prioridade da concessionária parecia ser puramente financeira, o que, dentro dos seus direitos, visa a lucratividade dentro da Unidade. No entanto, destacou que cabe ao conselho manter os princípios de uma Unidade de Conservação, os quais incluem a preservação e o uso público de forma democrática. Segundo ele, uma atividade com um custo de R\$ 80,00 não pode ser considerada democrática, levando em conta a situação econômica dos moradores do entorno, que já enfrentam obstáculos para arcar com uma taxa de R\$4,00 para o acesso ao Parque, como discutido nesta reunião. Portanto, imaginar o gasto de R\$ 80,00 ou até R\$160,00 para duas pessoas utilizarem a tirolesa é, em sua visão, impraticável. Dessa forma, ele não enxergava essa situação como um processo democrático. Ressaltou que gostaria de abordar alguns pontos específicos, como as guias de escalagem já existentes no local, e questionou se a plataforma ou o caminho proposto não danificariam a rocha. Também trouxe à memória a situação atual no Pão de Açúcar, onde a instalação de uma tirolesa está sendo judicializada justamente por alterar um patrimônio natural como o Pão de Açúcar. Lembrou que a história ali não era a respeito do Pão de Açúcar, mas sim do Mirante do Último Adeus, um atrativo clássico e histórico do Parque. Em relação ao aspecto histórico, indagou se a concessionária possui alguma preocupação com o patrimônio natural e histórico, uma vez que a instalação de uma torre ao lado de uma fazenda histórica, que serve como Centro de Visitantes, poderia distorcer completamente o contexto histórico do local, assim como no caso do Mirante do Último Adeus. Nesse sentido, questionou se há uma consideração efetiva em relação ao patrimônio histórico e qual seria a estratégia clara do ICMBio em relação a esse tipo de equipamento. Por fim, ponderou se a intenção seria homogeneizar todos os Parques Nacionais, transformando-os em parques de diversão em detrimento da sua função como Unidades de Conservação.

A conselheira, Sr^a Tereza Baptista Cristina Galvão, representante da Associação dos Amigos do Itatiaia – AAI, manifestou sua solidariedade com as falas do Sr. Fábio Gandra e do Sr. Pedro Gonçalves, afirmando concordar plenamente com as opiniões expressas por eles. Ela se declarou totalmente contrária à implantação da Tirolesa, alegando que pessoas que buscam esse tipo de atividade deveriam procurar outro lugar, pois em um Parque Nacional as pessoas deveriam estar ali para contemplar a natureza e promover a conservação. Segundo ela, o Parque deveria atrair visitantes interessados em conviver com a fauna local, ao invés de se dirigirem para pontos elevados ou próximos a uma torre.

A conselheira enfatizou que os macacos e pássaros certamente não estarão presentes nesses locais, e imaginou o impacto que 600 pessoas utilizando a tirolesa poderiam causar. Ela ressaltou que se trata de um Parque Nacional e que essa carga é considerável. No entanto, se a tirolesa for de fato instalada, ela levantou a questão da acessibilidade democrática. Ela perguntou se haverá um ingresso mais acessível para os moradores da região, já que, em sua opinião, R\$ 80,00 é um valor elevado e muitas pessoas não teriam condições de desfrutar dessa atração, caso ela seja instalada no Parque.

O Sr. Rodrigo Santos relatou que iria responder duas perguntas que o Sr. Fábio Gandra havia feito para a concessionária e deixaria os outros questionamentos para o Sr. Felipe responder, por se tratar da parte conceitual do ICMBio. Informou que no Parque Estadual Caminho do Mar o ingresso da tirolesa é válido para o visitante usufruir do Parque. Quanto ao que foi dito em relação à empresa estar irregular, ele ressaltou que em nenhum momento foi afirmado que a empresa estava em situação irregular. Acrescentou que a concessionária possui um contrato formalizado com a empresa MSV, e que isso jamais seria realizado sem o cumprimento de uma burocracia mínima que é necessária.

O Sr. Pedro Gonçalves ressaltou que a discussão sobre a situação irregular da empresa foi em referência ao momento em que mencionaram estar em busca de uma certificação.

O Sr. Vinícius Martins informou que quando mencionou que a empresa estava em busca dessa certificação, referia-se à norma de qualidade ISSO 9001, destacando que essa certificação é opcional. Ele também enfatizou que, dentro do mercado, a empresa seria a primeira da América do Sul a possuir tal certificação. Neste contexto, a empresa está implementando uma norma de qualidade para assegurar a qualidade dos processos de engenharia, contando com um selo internacional de qualidade nos serviços prestados. O Sr. Vinícius ressaltou que o que os credencia são os mais de 250 projetos já implementados pela empresa, todos fundamentados em engenharia, com registro no CREA e uma equipe composta por seis engenheiros, tanto mecânicos, quanto civis. Destacou ainda que a MSV é uma empresa consolidada, referência no mercado. Em relação à capacidade de atendimento, o Sr. Vinícius mencionou que a tirolesa poderia atender 600 pessoas por dia. No entanto, esclareceu que isso não implica necessariamente que o Parque receberia esse número de visitantes. Quanto ao valor de R\$ 80,00, explicou que essa quantia foi apresentada como uma média nacional. O Sr. Vinícius expressou sua convicção de que a Parquetur será capaz de elaborar a melhor estratégia para atender ao público da região. Neste caso, a concessionária poderá fornecer informações mais detalhadas.

O Gestor Sr. Felipe Mendonça, em resposta sobre a questão histórica, informou que o Parque tem como objetivo preservar sua história, tanto na parte alta quanto na parte baixa. Ressaltou que ao analisar a proposta, levando em conta que o projeto ainda está em fase de construção, após uma vistoria visual no Centro de Visitante, concluiu que o equipamento não afetará a integridade histórica do local, incluindo a visão, a fotografia e o layout do Centro de Visitante. Ficou claro, até o momento, pelo projeto apresentado, que a torre ficaria em uma posição deslocada, não à frente do Centro de Visitante. Dessa forma, o cuidado com a preservação histórica está sendo mantido.

O Sr. Felipe expressou sua preocupação com os possíveis impactos ambientais, especialmente em relação ao grande fluxo de visitantes, e como isso afetaria a experiência. No entanto, enfatizou que todas essas preocupações serão avaliadas, e com base na dinâmica da concessionária, acredita que terão o devido cuidado ao concretizar o projeto.

Sobre as oportunidades de visitação, o Sr. Felipe enfatizou a importância da democracia e do acesso a essas oportunidades. Ele destacou que uma Unidade de Conservação é vista de diversas maneiras, dependendo do olhar de cada pessoa. Para um minerador, é sobre minério; para um madeireiro, sobre madeira; para um montanhista, é uma oportunidade de visita às montanhas; para um trilheiro, são as trilhas. O Sr. Felipe diz que respeita os pontos de vista de todos os presentes, reconhecendo que se trata de uma Unidade de Conservação. Porém, salientou que ao propor um instrumento como esse, o Parque não está desvalorizando outros observadores, pois todos estão sendo contemplados. Ele acredita que isso representa uma ampliação das opções para que as pessoas possam apreciar e desfrutar da natureza. Reconheceu que isso é uma questão de perspectiva, e compreende que o que é bom para um pode não ser bom para outro. Salientou que é de suma importância enfatizar que, ao introduzir tal equipamento nesse contexto, os cuidados necessários são substancialmente maiores do que se estivesse em um local convencional. Além disso, lembrou da necessidade crucial de preservar a parede de escalada do Mirante do último Adeus, a qual possui um significado histórico e deve continuar sendo utilizada. Também sublinhou a importância de proteger sua vista, considerando as apreciações individuais.

Em seguida, o Sr. Felipe informou que quando o ICMBio decide conceder suas Unidades e estabelecer parcerias público-privadas para a gestão de uma Unidade de Conservação, está assumindo que o poder público, tal como está atualmente, não possui todas as condições para elevar a qualidade da visitação nessas áreas protegidas. Ressaltou que gostaria muito que o ICMBio tivesse recursos para administrar todas as suas unidades de forma pública. No entanto, vê como positiva a proposta do Parque em buscar essa qualidade por meio de parcerias, desde que seja feito de forma democrática, garantindo o acesso a diversos públicos. Por fim, o Sr. Felipe esclareceu que isso não implica que todas as Unidades terão uma tirolesa ou um teleférico. A possibilidade dependerá da vocação e da geografia de cada Unidade. Sendo assim, concluiu sua fala.

O Sr. Pedro Cleto, diretor executivo da Parquetur, solicitou a palavra para esclarecer um ponto. Relatou que, ao contrário do que estava sendo dito, a intenção não era cortar várias árvores. O que poderia ocorrer, possivelmente, seriam algumas substituições ou a transferência para outros locais. Salientou que estão conduzindo esse estudo com a devida atenção, conforme as credenciais já apresentadas. Isso segue o mesmo procedimento realizado no Caminhos do Mar, onde foram feitas compensações. Caso seja necessário remover alguma árvore aqui, serão plantadas outras em diferentes locais. Destacou que esse cuidado será sempre observado, uma vez que é uma das premissas da Parquetur minimizar o impacto ao máximo.

A Sr^a Christiana Álvares complementou a fala do Sr. Pedro, enfatizando que essa questão está em conformidade com as normas do ICMBio. Ela explicou que todos os estudos realizados serão submetidos ao ICMBio para análise. Isso incluirá uma avaliação de tudo o que será suprimido, uma vez que será necessário abrir espaço para a passagem de cabos, que será percorrida pelos visitantes. Esse detalhe está sendo definido no projeto, principalmente em função da topografia. Por isso, a altura da torre e o trajeto estão sendo cuidadosamente considerados. Informou que foi realizada uma topografia de última geração e uma análise das copas das árvores para determinar esse percurso. Afirmou que não se pode afirmar que não haverá impacto algum, mas o objetivo é minimizá-lo ao máximo. Quando necessário, serão realizadas compensações ambientais. No caso do Caminhos do Mar, as espécies foram catalogadas e houve um resgate do que era viável antes da supressão, seguido de uma avaliação.

O Sr. Rodrigo Santos mencionou que, dentre as intervenções citadas pela Sr^a Christiana, uma pequena parte pode resultar em supressão, mas a maioria será poda. Destacou a diferença significativa entre esses processos, ressaltando que os detalhes serão fornecidos à medida que o projeto avançar, com base na topografia. A segurança do trajeto é uma prioridade, podendo ser necessária uma poda inicial para garantir a segurança. O Sr. Vinícius Martins disse que isso será feito por meio de cabo, com uma pessoa descendo para realizar a intervenção mínima necessária. Assim, as intervenções na saída serão mínimas, e a tirolesa passará pelo vale sem a necessidade de mais interferências.

A Sr^a Cristiane esclareceu que essa poda será realizada com o cabo já posicionado, o que proporcionará uma precisão exata no corredor.

O Servidor Leonardo Cândido expressou o desejo de complementar o histórico da tirolesa. Ele enfatizou que o Sr. Felipe já havia apresentado parte desse histórico e explicado a inclusão dessa decisão no contrato. O Servidor relatou que, em sua opinião, essa demanda deixou de ser uma estratégia do ICMBio para se tornar uma demanda social. Ele ressaltou que o projeto estava contemplado no Plano de Manejo, o qual foi discutido em mais de 40 reuniões no entorno. Neste documento estava explicitado que o Parque ofereceria atividades de aventura. O Servidor informou que não se recordava se a tirolesa era especificamente citada, mas lembrou que o arborismo estava mencionado, o que permitia a abertura para a instalação de uma tirolesa. Ele sublinhou que essa construção foi um processo social, originado de grupos, debates e reuniões com a comunidade local, ocupando vários anos de discussão.

O Servidor prosseguiu explicando que, para definir o projeto de concessão, o Parque contou com consultoria técnica. Esta consultoria apresentou a proposta com base em consultas à equipe do Parque, a qual relatou a existência de demandas, tanto pela tirolesa quanto pelo projeto de um teleférico. Foram apresentadas várias opções, no entanto, a proposta escolhida foi a instalação da tirolesa, apesar da existência de outras sugestões como trilhas Canopy e trilhas de copa. O que se mostrou mais viável foi a tirolesa, e ela foi apresentada durante a reunião do Conselho, conforme demonstrado pelo Sr. Felipe. Esta proposta foi também discutida nas reuniões das Câmaras Temáticas e disponibilizada para consulta pública nos sites do ICMBio e do PNI. Portanto, houve

diversas oportunidades para contribuir e enriquecer a proposta, culminando na versão final apresentada.

O Servidor Leonardo Cândido enfatizou que não se tratou de uma imposição do ICMBio, mas sim de uma construção coletiva, conferindo credibilidade e adequação à realização da tirolesa no Parque, após todo o processo de discussão. Ele acrescentou que, neste momento, o foco é implementar o projeto da melhor maneira possível, reconhecendo que há interesse de diversas partes, mas também compreendendo a existência de algumas reservas. No entanto, acredita que estamos em uma fase de aprimoramento do projeto.

O Sr. Maurício tomou a palavra para abordar a questão mencionada referente a possíveis impactos com a comunidade de primatas. Ele informou que sempre que uma atividade de tirolesa é iniciada, a equipe de técnicos e operadores realiza uma descida controlada, utilizando freios, ao longo de todo o trajeto. O objetivo é verificar se não há nenhum macaco percorrendo os cabos. Caso haja, o animal é cuidadosamente conduzido até que possa ser retirado da estrutura com total segurança. O Sr. Maurício destacou que, até o presente momento, no Parque Estadual Caminho do Mar, não ocorreu nenhuma incidência de macacos-prego transitando pelos cabos. No entanto, por uma questão de segurança, a equipe sempre realiza a primeira descida controlada antes da abertura da atividade. Isso é feito para garantir que todas essas questões sejam verificadas, a fim de evitar qualquer impacto negativo em relação aos primatas.

O Sr. Pedro Gonçalves considera que o Conselho é um fórum apropriado para discussão desse tipo de assunto e questionou se a intenção do Parque é aumentar as vendas para a concessionária ou se busca uma abordagem mais social. Sendo assim, essas são questões que merecem ser debatidas neste espaço, mencionando que a concessão pode se assemelhar a uma privatização. Enfatizou que é um funcionário público, fiscal ambiental e que frequentemente se depara com a falta de recursos e condições ideais para o desenvolvimento do trabalho, mas isso não deve ser utilizado como desculpa pelos funcionários perante a sociedade. Ele, como membro da sociedade, vai cobrar do Parque melhores condições para seus funcionários, incluindo o aumento do quadro de funcionários. Essa é a luta que ele deseja travar, em vez de focar apenas em uma tirolesa que beneficie a concessionária financeiramente. Ele acredita que essa discussão é muito pertinente e deve ocorrer neste ambiente de reunião.

O Conselheiro Sr. Marco Aurélio, representante do Grupo Voluntário de Busca e Salvamento – Anjos da Montanha, relatou que é montanhista há muitos anos e que recentemente visitou o Parque Estadual Caminhos do Mar, onde teve a oportunidade de descer pela tirolesa instalada no local. Ele mencionou que inicialmente estava reticente, imaginando que encontraria algo de grande proporção, algo que poderia causar muitos inconvenientes. No entanto, ficou surpreendido ao constatar que a tirolesa proporcionou grande satisfação para pessoas com restrições de mobilidade, que não tinham a possibilidade de escalar ou fazer trilhas, mas podiam desfrutar dessa experiência. O Sr. Marco Aurélio compartilhou um momento marcante em que uma senhora de 65 anos, que estava mancando, desceu pela tirolesa e ele pôde ver a alegria em seus olhos, o que considerou magnífico. Em sua opinião, essa iniciativa representou uma oportunidade de inclusão muito democrática e o fez reavaliar seus conceitos. Ele passou a pensar que aquela estrutura, com o mínimo de impacto, transformou a forma como enxergava esse tipo de empreendimento.

O Sr. Marco Aurélio também expressou sua opinião sobre a contribuição do Conselho. Ele considera que desvalorizar as competências da equipe ao rotular o projeto como faraônico e prejudicial à paisagem não reflete a realidade. Baseando-se no que foi feito no Caminhos do Mar, ele elogiou o excelente trabalho, especialmente no quesito segurança. Destacou que nunca tinha visto um nível de segurança tão elevado em nenhum outro lugar que havia visitado. Em relação à beleza cênica do local, o Sr. Marco Aurélio lembrou que aquele espaço costumava ser uma área desprovida de vegetação, mas agora se surpreende com o visual transformado.

O conselheiro também compartilhou que conversou com diversas pessoas que visitavam o local para experimentar essa nova atração e observou que a iniciativa agregou valor em vários aspectos, incluindo o envolvimento da comunidade local e a promoção do ecoturismo em todas as áreas que apoiam o Parque. Ele finalizou ressaltando que está representando uma instituição e que a visão dessa instituição é que se a instalação da tirolesa for realizada com segurança e com o mínimo impacto ambiental, essa proposta seria viável.

O Sr. Marcelo Brito indagou sobre o valor do ingresso da tirolesa no Caminhos do Mar e o impacto da instalação dela no preço do ingresso. A Sra. Christiana esclareceu que o valor estava incluído no ingresso do Parque.

O Sr. Pedro Cleto se apresentou como Diretor Executivo da Parquetur e membro do Conselho. Ele informou que, no momento, o valor do ingresso no Parque Caminhos do Mar era de R\$ 40,00. Acrescentou que esse Parque se diferenciava do PNI, por ser um Parque Urbano localizado dentro de São Bernardo do Campo e Cubatão, na estrada velha de Santos. Trata-se de um Parque Estadual com formato de concessão distinto.

O Sr. Eduardo Barros questionou se a concessionária possuía uma estimativa do número de visitantes que iam ao Caminhos do Mar em busca da tirolesa. A Sra. Christiana respondeu ao Sr. Eduardo que isso era uma questão interessante e que não seria capaz de fornecer um número absoluto. No entanto, informou que haviam sido feitas consultas, considerando a atração peculiar de sair de uma área de planalto e chegar muito próximo a um bem tombado. Destacou que diversas consultas foram realizadas em várias esferas em conjunto com o órgão de patrimônio. Observou que muitas pessoas se dirigiam à tirolesa e, ao descerem o vale, tinham uma nova percepção de um patrimônio histórico, gerando curiosidade ao ver o patrimônio lá de cima da tirolesa. Como o ingresso já estava incluso na tirolesa, a maioria dos visitantes acabava fazendo esse passeio. Ressaltou que o Parque Estadual Caminhos do Mar diferia significativamente do PNI, inclusive em tamanho e dinâmica. Comprometeu-se a realizar um levantamento desses números e apresentá-los de forma ilustrativa para todos terem uma noção.

Posteriormente, a Sra. Christiana retomou o que havia sido dito pelo Sr. Felipe, destacando a diversidade dos visitantes. Mencionou que entre o público havia crianças a partir de cinco anos de idade descendo a tirolesa, bem como pessoas com mobilidade reduzida. Saliu que uma rampa de acessibilidade estava em fase final de construção no local, facilitando o acesso para pessoas em cadeiras de rodas desfrutarem da tirolesa.

Em sua opinião, a tirolesa representava uma oportunidade, uma vez que as pessoas eram inicialmente atraídas por essa atividade, mas acabavam se encantando por outras opções, proporcionando oportunidades para aqueles que, por vezes, não tinham condições de realizar outras atividades.

O Conselheiro Sr. Antônio Carlos, representante da AEDB – Associação Educacional Dom Bosco, começou sua intervenção destacando os dois anos de pandemia como uma fase positiva para o Parque. Explicou que, durante esse período, o Parque esteve vazio devido às restrições sanitárias, o que proporcionou uma oportunidade única para a natureza. Mencionou que os macacos e outros animais circulavam livremente, e houve um aumento na presença de felinos. Perguntou quem mais havia acompanhado essa situação. Em seguida, levantou a questão de retornar a esse período de restrições. Compreendendo a relevância do Parque como o primeiro do Brasil, ele observou que o tempo está mudando e que se fala muito em democracia, acessibilidade e outros valores relacionados a esse contexto. O Sr. Antônio Carlos rememorou sua juventude, quando tinha grande afinidade com o montanhismo. Na opinião dele, se a ideia é retornar aos tempos de pandemia, então deveriam ser adotadas medidas restritivas abrangentes para preservar o ambiente da melhor maneira possível. Salientou que, ao envelhecer, nem todos têm a mesma capacidade física para escalar ou descer por uma corda. A proposta de uma tirolesa despertou nele a esperança de poder desfrutar dessa experiência. Dessa forma, questionou se a retirada desse aspecto democrático estava sendo considerada. Indagou se a decisão seria tirar dos idosos, crianças e pessoas com deficiência física a possibilidade de vivenciar essa emoção. Questionou se apenas os praticantes de montanhismo seriam beneficiados com as atividades relacionadas às montanhas.

A Conselheira Ingrid Coelho, representante da Crescente Fértil, compartilhou sua percepção de que a discussão sobre a implementação da tirolesa vem ocorrendo desde 2017, mas parece que ainda não há um consenso seguro entre todos os membros do Conselho. Ela acredita que seria benéfico ter mais tempo para uma discussão mais aprofundada, a fim de formar uma opinião mais unificada sobre a questão. Ingrid destacou que a tirolesa parece estar próxima de se tornar realidade, pois enquanto em 2017 se falava sobre um evento em 2025, agora está previsto para o próximo ano. Ela enfatizou a importância de garantir que todos os membros do Conselho se sintam seguros em relação às suas opiniões. A Sr^a Ingrid, como engenheira florestal, expressou sua preocupação com o impacto ambiental da tirolesa. No entanto, ela observou que a longo prazo, isso pode ser compensado. O que mais a preocupa é o impacto social. Ela questionou quem terá acesso a essa forma de entretenimento. Esta questão sempre a inquieta: será que o acesso será determinado pelo poder aquisitivo ou haverá uma maneira de torná-lo acessível para aqueles menos favorecidos? Ingrid concluiu dizendo que gostaria que todos ponderassem sobre esse aspecto também.

O Sr. Felipe recordou que ainda haveria mais alguns temas a serem discutidos, mas antes, ele gostaria de propor alguns encaminhamentos. Ressaltou que em termos de equipamentos de aventura, o que estava programado era a implementação de uma tirolesa. Informou que o Parque possuía outros equipamentos de acessibilidade, como trilha acessível, que também seriam instalados, mas a princípio, no contrato de concessão, priorizava-se a tirolesa. Destacou que os conselheiros levantaram algumas questões que também o preocupavam, como a democratização do acesso. Esse que esse assunto já vinha sendo discutido com a concessionária, porém, no momento, era apenas uma conversa que necessitava de mais tempo para ser aprofundada, mas já havia uma proposta em andamento. A princípio, entendia-se que a tirolesa abriria oportunidades para outras demandas no Parque, as quais também seriam pontos de atenção. Com relação ao projeto da Tirolesa, sugeriu que, assim que o Parque recebesse o projeto finalizado para análise, fosse realizada uma reunião extraordinária para apresentá-lo a todo o Conselho. Isso seria crucial para obter informações claras, como a altura da torre e as intervenções necessárias, entre outras.

Em sequência, o Sr. Felipe dirigiu-se ao Sr. Pedro Gonçalves, ressaltando que neste conselho poderiam ser discutidos os mais variados temas, desde uma revolução comunista até o neoliberalismo, desde que fossem devidamente incluídos na pauta. Reforçou que este tema poderia, sim, ser trazido à discussão, desde que o conselho assim o desejasse.

O Sr. Pedro Cleto, em resposta à Sr^a. Ingrid, informou que a concessionária tem total liberdade sobre o valor do ingresso para a tirolesa. Como exemplo, citou o Parque Caminhos do Mar, onde também detinham essa autonomia. Explicou que, ao lançarem a tirolesa no Parque Estadual Caminhos do Mar, inicialmente fixaram o valor em R\$ 69,00 no ingresso, com o intuito de atrair um maior número de visitantes. Entretanto, nos sábados e domingos, houve um aumento significativo no volume de pessoas, o que levou ao aumento do preço do ingresso. Contudo, quando perceberam que as escolas também demonstravam interesse na tirolesa, reduziram consideravelmente o valor, estabelecendo-o em R\$ 40,00 para instituições de ensino, sejam elas públicas ou privadas. Destacou que essa flexibilidade permitiu à concessionária remunerar os investimentos realizados e recuperar o capital investido de maneira integral. Além disso, ressaltou a importância de utilizar essa prerrogativa em prol daqueles que a concessionária julgasse mais pertinente, como as escolas, os moradores locais e os visitantes da região. Isso, visando democratizar ao máximo o acesso à tirolesa e inclusão de pessoas com mobilidade reduzida, conforme relatado pelo Sr. Marcos, que compartilhou uma experiência de observar uma pessoa com restrição de mobilidade se divertindo ao descer na tirolesa, já que não podia participar de outras atividades.

Prosseguindo, convidou a todos os presentes a visitarem a tirolesa do Parque Estadual Caminhos do Mar, caso houvesse interesse e a possibilidade de organização. Destacou a importância dessa visita para que todos pudessem vivenciar a experiência, seja ela positiva ou não. Expressou a crença de que seria uma experiência enriquecedora para o entendimento do que estava sendo discutido na reunião.

Por fim, frisou um último ponto de relevância: a instalação da tirolesa é uma obrigação contratual da concessionária, não sendo uma opção deixar de realizá-la. Reforçou que a concessionária tem a opção de um prazo de 26 meses para a conclusão da tirolesa, mas não a possibilidade de desistência. Salientou que a tirolesa é uma obrigação, assim como outras intervenções, como a restauração de casas, entre outras. A única variável são os prazos, mas a responsabilidade de efetuar as intervenções permanece inalterada.

Conclusão:

Ficou acordado que assim que a concessionária apresentar o projeto final da tirolesa, será convocada uma reunião geral extraordinária para submetê-lo ao conselho.

MOÇÃO E RECOMENDAÇÃO (VALORES DE INGRESSOS; FECHAMENTO ÀS SEGUNDAS-FEIRAS E DESCONTO ENTORNO – PNI)

Com relação à pauta referente à MOÇÃO E RECOMENDAÇÃO apresentadas pelos conselheiros Sr. Fábio Gandra e o Sr. Waldecy Matias sobre o aumento nos valores dos ingressos, fechamento do Parque nas segundas-feiras e a ampliação do desconto para outros municípios, o Sr. Felipe perguntou ao Sr. Fábio Gandra se ele gostaria de ler o documento que ele tinha escrito e enviado via e-mail para o Parque e para os conselheiros, o que foi aceito pelo Sr. Fábio.

Antes da leitura, o Sr. Felipe fez a contagem das instituições presentes naquele momento, constatando a presença de 15 instituições. Pediu para que os presentes tivessem um pouco de paciência, uma vez que a reunião poderia ultrapassar o horário estimado, mas ele considerava essa pauta referente à Moção e Recomendação importante por se tratar de uma demanda dos conselheiros e que precisava ser tratada.

O Sr. Fábio Gandra sugeriu para a próxima reunião que se fosse estabelecida uma prioridade para as pautas, pois, segundo ele, o que estava acontecendo hoje já havia ocorrido na última reunião, com o tempo sendo extrapolado. Ele ressaltou que não tinha nada contra a palestra maravilhosa realizada sobre o aspecto autista, mas na sua opinião, os assuntos mais importantes deveriam ser discutidos primeiro. Se todos concordassem, na próxima reunião seria criado um critério de prioridade para as pautas, para evitar que todas as reuniões ultrapassassem o tempo, com coisas importantes a serem resolvidas, e que a palestra poderia ser agendada em outro momento, como já havia sido feito de manhã.

Em seguida, informou que a moção que ele havia enviado era apenas um rascunho, e que a moção que o Sr. Waldecy havia preparado e também enviado estava em um formato mais completo, com cabeçalho, decreto e outras informações embasadas. A moção que ele elaborou era mais uma minuta, com base no que já havia sido discutido e em suas próprias considerações. Portanto, aqueles que concordassem, ele anotaria, e quem desejasse acrescentar algo mais poderia fazê-lo.

O Sr. Fábio Gandra iniciou a leitura da moção de repúdio ao fechamento do Parque nas segundas-feiras, descrevendo que:

1- Uma das principais e nobres missões de uma unidade conservação é a democratização e oportunidade do acesso e da visitação; sendo assim a concessionária fecha o Parque por um dia, já se perde essa missão e o Parque sempre cumpriu essa missão, abrindo de segunda a segunda;

2 – Que a natureza em sua forma preservada no interior de uma unidade de conservação oferece fenômenos observáveis a qualquer dia e horário. Para a natureza, o tempo se observa em estações, em dias e noites, mas nunca em dias ‘úteis ou fins de semana’, ou qualquer outra forma de ‘antropi do tempo natural’; então ele ressalta que o que ele quis dizer com essa fala é que uma borboleta não vai esperar para sair do casulo porque o Parque está fechado, ou o passarinho não vai deixar de voar porque não terá ninguém para olhar ele;

3 – Que nos 86 anos de sua existência, um dos maiores índices de excelência do Parque têm sido a abertura diária e democrática à visitação, possibilitando as mais diversas experiências em meio a natureza, em qualquer dia da semana e do mês, como o rompimento de um casulo por uma borboleta, uma dança de acasalamento de um tangará, um banho de cachoeira refrescante num dia quente, a floração de uma ‘dama da noite’, um treinamento atlético ou ciclístico nos desníveis montanhosos, uma cabeça d’água, a saída do ninho por um pássaro filhote e outros tantos incontáveis belos fenômenos naturais; a natureza não espera para saber se o Parque está aberto ou fechado e o visitante que assistir a tudo isso , que ver uma cabeça d’água e uma cabeça d’água não quer saber se o Parque está aberto ou fechado;

4 – Que o argumento utilizado pela concessionária para o fechamento da Parte Baixa do Parque as segundas-feiras de que a estatística de visitação nesse dia é baixa e ‘não compensa o custo-benefício operacional’, não justifica o fechamento e o impedimento do usufruto do Parque, pois a disponibilidade para visitação faz parte da própria visitação e por isso deve ser oferecida todos os dias, independente de estatísticas, de custo-benefício, ou de qualquer outro tipo de visão empresarial que vai de encontro direto com a missão e excelência do Parque e com o interesse do visitante em potencial e a população em geral; ai ele diz porque um visitante potencial, porque pode ser uma pessoa que só poderia visitar o Parque naquele dia. Sendo assim a disponibilidade para visitação faz parte da visitação e ele gostaria que todos pensasse sobre isso, porque só agora com essa história de concessionária que surgiu essa história de fechar o Parque.

Este Conselho, em consulta sobre o assunto, repudia a medida tomada, mesmo em caráter temporário e experimental, do fechamento do Parque a visitação, seja Parte Baixa, Planalto ou Mauá, as segundas-feiras ou em qualquer outro dia, sob qualquer argumento que não seja de força maior, como já é previsto, em caso de incêndio ou outro sinistro que o leve a interdição.

CONSIDERAÇÕES E VOTAÇÃO À MOÇÃO DE REPÚDIO AO FECHAMENTO DO PARQUE NAS SEGUNDAS-FEIRAS

O Sr. Felipe Mendonça perguntou a todos os presentes se havia alguma consideração a ser feita em relação a esta moção lida e apresentada pelo Sr. Fábio Gandra. Em seguida, perguntou se poderia ser colocada em votação. Ele fez uma nova contagem das instituições, constatando a presença de 18 delas.

Prosseguindo, o Sr. Felipe explicou que a moção tratava da abertura ou não do Parque nas segundas-feiras e pediu que os conselheiros manifestassem sua concordância levantando as mãos. O Sr. Fausto Calado, representante da AMAN, perguntou ao Sr. Felipe qual seria o voto do Parque e da Concessionária sobre essa questão. O Sr. Felipe respondeu que tanto o Parque quanto a concessionária iriam se abster do voto, mas era importante ouvir a opinião de todos os conselheiros.

O Sr. Felipe esclareceu que se tratava de uma moção de repúdio ao fechamento do Parque nas segundas-feiras e que, se a maioria estivesse de acordo, o documento seria encaminhado aos setores responsáveis em Brasília para que fossem informados e pudessem responder ao Parque, assim como o Parque responderia ao Conselho.

O Sr. Pedro Cleto ressaltou que o Parque não estava sendo fechado todas as segundas-feiras. Nas segundas de feriados, férias escolares e durante o período de alta temporada, o Parque funcionava normalmente. Ele enfatizou que não havia problema em abrir o Parque em uma segunda-feira em pontos específicos, mas que, operacionalmente, não fazia sentido para a concessionária e que, com base no contrato, a concessionária tinha essa possibilidade de não abrir em um dia específico da semana.

O Sr. Fausto Calado relatou que pode não ter entendido qual era a pergunta em questão, mas gostaria de dar sua opinião. Ele destacou que, este ano, especificamente no mês de maio, passou quatro semanas direto na Parte Alta do PNI. Voltou mais três vezes com a família militar, com cadetes equatorianos e novamente com os cadetes da AMAN. Todo esse público se impressionou com a capacidade de gestão tanto do PNI quanto por intermédio da Parquetur, incluindo gestão, organização, manutenção e segurança. Se a Parquetur identifica uma necessidade de fechar o Parque em um determinado dia para manutenção, seu voto seria para que isso fosse mantido.

Conclusão:

O Sr. Felipe contou dez votos a favor do envio da moção de repúdio contra o fechamento do Parque nas segundas-feiras, um voto contrário e sete abstenções. Ficou acordado que o documento seria enviado a Brasília.

O Sr. Fábio Gandra relatou que faria a próxima leitura referente à Moção de Preocupação/Repúdio escrita pelo Sr. Waldecy. Esta moção expressava preocupação e repúdio. O Sr. Gandra destacou que o Sr. Waldecy havia enviado a moção devidamente embasada, com cabeçalho e na descrição do texto estava:

DE: Conselho Consultivo do Parque Nacional de Itatiaia
PARA: CGEUP: Coordenação Geral de Negócios e Uso Público/Icmbio Brasília

Itatiaia, 22 de setembro de 2023.

O Conselho Consultivo do Parque Nacional de Itatiaia, tendo em vista suas atribuições garantidas pela Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000 e pelo Decreto nº 4.340 de 2002, em sua Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 22 de setembro, aprovou esta moção para chamar a atenção desta coordenadoria para a situação do abusivo aumento de valores dos ingressos.

Considerando:

1. O SNUC, Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei n. 9985) que versa sobre a inclusão da sociedade dentro de um parque nacional através do lazer, da educação e da interpretação ambiental;
2. O segundo termo aditivo ao contrato de concessão n. 01/2019 (Processo SEI n. 13245974) em sua CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES MÁXIMOS DO INGRESSO onde versa sobre o aumento de ingressos à visitação;
3. A Portaria n. 256 do Ministério do Meio Ambiente, onde estabelece diretrizes para a cobrança de ingressos;
4. O abusivo aumento de quase 100 % no valor do ingresso, passando em menos de um ano de R\$ 22,00 para R\$ 40,00;
5. Que menor de 12 anos e maiores de 60 anos não pagam entrada e agora pagam meia entrada;
6. O estacionamento que há dois anos era gratuito e agora é pago, sem haver melhorias que justifiquem tal cobrança;
7. A possível gentrificação dessa Unidade de Conservação;
8. A total falta de debate e transparência sobre o tema com esse Conselho Consultivo que tem mais de vinte anos de atuação e representa a sociedade do entorno do Parque.

Pedimos:

1. A retomada do diálogo da construção de um acesso mais justo e coerente com os objetivos de um Parque Nacional, que é a inclusão, o acesso democrático ao lazer, a educação ambiental;
2. A participação da CGEUP e da Concessionária Parquetur nesse diálogo.

Aguardamos resposta sobre o pleito, colocando-nos sempre como espaço de debate e construção de propostas de gestão e integração das Unidades de Conservação, renovando votos de respeito e consideração.

O Sr. Felipe, após a leitura do Sr. Fábio Gandra, questionou aos presentes se a definição do termo "gentrificação" apresentada pelo Sr. Waldecy estava clara para todos. Alguns responderam que não. O Sr. Leonardo observou que havia feito uma observação através do grupo de e-mail, esclarecendo que quando o Sr. Waldecy afirmou que a cobrança de estacionamento começou a ser aplicada há dois anos, isso não estava correto, pois a cobrança teve início seis meses após a concessionária assumir a gestão no ano de 2019.

Diante deste contexto, o Sr. Felipe sugeriu a correção dessa informação no texto para garantir a fidelidade do documento. Além disso, propôs a substituição da palavra "gentrificação" por "elitização", o que foi aceito por todos os presentes.

Em seguida, o Sr. Felipe questionou se todos concordavam em modificar o título da Moção de preocupação/repúdio para Moção de recomendação, obtendo a concordância de todos os presentes.

Posteriormente, o Sr. Felipe explicou o objetivo da moção, que consistia em:

- A retomada do diálogo para a construção de um acesso mais justo e coerente com os objetivos de um Parque Nacional, promovendo a inclusão e o acesso democrático ao lazer e à educação ambiental.
- A participação da CGEUP e da Concessionária Parquetur nesse diálogo.

O Sr. Felipe procedeu à contagem das instituições, constatando a presença de 16 instituições. Em seguida, sugeriu o início da votação e solicitou que aqueles a favor do encaminhamento da moção levantassem a mão.

Conclusão:

Houve doze votos a favor e quatro abstenções. Assim, a Moção de Recomendação será encaminhada ao setor responsável do ICMBio em Brasília.

Em seguida, o Sr. Felipe questionou os presentes se poderiam prosseguir com a votação da terceira moção.

O Sr. Pedro Cleto fez uma observação, notando que vários conselheiros já haviam se retirado devido ao horário. Ele expressou a necessidade de entender melhor a situação, pois, conforme seu entendimento inicial, a votação dizia respeito a duas moções e já estavam avançando para a terceira votação. Com menos conselheiros presentes, ele considerou que seria difícil tomar decisões sobre qualquer assunto.

O Sr. Felipe reconheceu a relevância da colocação feita pelo Sr. Pedro Cleto e esclareceu que a moção em discussão era uma das pautas previstas. Inicialmente, eram duas, mas, de fato, houve um esquecimento em relação à terceira moção, a qual foi posteriormente abordada. O Sr. Felipe ressaltou que esta terceira moção era a última da pauta.

O Sr. Pedro Gonçalves sugeriu que, para as próximas reuniões, as questões que exigissem votação fossem priorizadas na pauta. O Sr. Felipe concordou com a sugestão. Em sua explicação, relatou que, nesta reunião em particular, contou com a presença de uma convidada que precisava sair mais cedo. Portanto, a opção de reorganizar a ordem da pauta foi necessária. Ele concordou com todos os presentes, destacando que a reunião abordou pautas bastante extensas.

O Sr. Felipe então passou a palavra para o Sr. Fábio Gandra, que relatou que esta terceira moção foi resultado da última reunião extraordinária. Naquela ocasião, estavam sendo discutidos os valores dos ingressos, entre outras questões. Foi nesse momento que ele propôs a ideia. Contudo, não havia tempo para colocá-la por escrito nem para votação naquele dia. Ele lembrou que foi quando conversou com a Srª Elisabete e ela pediu para que ele a redigisse com calma e a apresentasse na próxima reunião para votação, caso fosse de fato interessante.

O assunto em questão refere-se ao desconto entorno que atualmente abrange quatro municípios que limitam o Parque. Para esses municípios, o desconto entorno seria eliminado, e eles passariam a ter a gratuidade do ingresso. Por sua vez, o desconto entorno seria direcionado a uma série de outros municípios, dos quais ele gostaria de definir um trecho da Rodovia Rio X Caxambu e um trecho da Rodovia Presidente Dutra. Esses são municípios que trazem muitos visitantes ao Parque, visitantes que deixaram de o ser devido ao aumento nos valores dos ingressos. Ele ressaltou que conhece diversos grupos de guias e condutores que costumavam visitar o Parque com frequência durante a temporada, mas abandonaram essa prática devido aos altos custos. Ninguém está suportando pagar esses valores para visitar o Parque, e isso resultou em uma queda na visitação em julho, como foi observado pela concessionária.

Diante disso, considerando que o aumento nos valores dos ingressos e taxas praticado pela concessionária está previsto nos contratos, representando o teto máximo permitido, e que esse aumento foi acima da média inflacionária do período, e que esse teto máximo de valor deveria corresponder a uma qualidade máxima de serviços oferecidos, algo que ainda está longe de ser alcançado; e considerando que uma das principais e nobres missões de uma unidade de conservação é a democratização do acesso e da visitação; e considerando que a visitação comparada entre os anos de 2022 e 2023, antes e depois do aumento, no mês de julho, o pico de visitação anual, teve uma queda de mais de 20%; e considerando que o conceito de 'visitante' e 'frequentador' se diferencia, sendo o primeiro aquele que reside longe e vem geralmente uma vez por ano, planejando sua visita com antecedência, e o segundo, residente de municípios vizinhos, que tem mais facilidade de transporte e acesso, e vem duas ou mais vezes por ano; e considerando que há diversos relatos de guias e condutores indicando a evasão de grupos de frequentadores desses municípios vizinhos, que antes visitavam o Parque com frequência, mas abandonaram essa prática devido aos altos custos.

Este Conselho, em consulta sobre o assunto, recomenda as seguintes contrapartidas para mitigar essa discrepância administrativa, visando o benefício da população em geral, dos visitantes e frequentadores do PNI, bem como a garantia da democratização do acesso:

1. Fim do 'desconto entorno' para os municípios de Itatiaia, Resende, Bocaina de Minas e Itamonte, passando os mesmos à 'gratuidade entorno', mediante comprovante de residência;
2. Concessão de 'desconto entorno' de 90% do valor dos ingressos e taxas para os municípios vizinhos, situados a menos de duas horas de viagem para acesso à Parte Baixa e/ou Parte Alta, nos eixos das BR 116 e BR 354, mediante comprovante de residência. Os municípios incluídos nesta concessão seriam:

No Estado do Rio de Janeiro: Porto Real, Quatis, Barra Mansa, Volta Redonda, Pirai, Pinheiral e Barra do Pirai.

No Estado de São Paulo: Bananal, São José do Barreiro, Arapeí, Areias, Queluz, Silveiras, Lavrinhas, Cruzeiro, Cachoeira Paulista, Canas, Piquete, Lorena, Guaratinguetá, Aparecida, Roseira, Lagoinha, Potim e Pindamonhangaba.

No Estado de Minas Gerais: Itanhandu, Passa Quatro, Alagoa, Aiuruoca, Virgínia, Pouso Alto, São Sebastião do Rio Verde, Soledade de Minas, São Lourenço e Caxambu.

Ressalta-se que a distância de duas horas de viagem foi utilizada como critério para abranger os municípios citados.

Finalizando sua fala e leitura, o Sr. Fábio Gandra pergunta a opinião dos presentes.

A Srª Maria Agostinho pediu a palavra para fazer uma observação na fala do Sr. Fábio quando ele sugeriu a gratuidade aos moradores dos municípios do entorno. Ela ressaltou que todos deveriam considerar que há um custo para manter o Parque limpo, que envolve a compra de materiais de limpeza e higienização, além dos gastos com mão de obra. Ela acredita que nenhum visitante gostaria de chegar ao Parque e encontrar lixo, entre outros problemas de manutenção e limpeza. A Srª Maria Agostinho enfatizou que tudo isso tem um custo e que, neste contexto, a qualidade poderia ser significativamente comprometida. Ela também lembrou que o Parque já oferece gratuidade para escolas mediante o Programa de Visita Orientada. Em sua opinião, é necessário analisar cuidadosamente esta questão.

O Sr. Fábio Gandra, em contrapartida à fala da Srª Maria Agostinho, lembrou que o Sr. Rodrigo havia apresentado uma estatística de visitantes, na qual os visitantes do entorno representavam 5% de toda a visitação. Sendo assim, ele acredita que a gratuidade sugerida não terá um impacto significativo, e se houver, será mínimo. Na sua opinião, a implementação dessa gratuidade não implica em acúmulo de resíduos. Ele ressaltou que é um frequente visitante de um Parque onde a entrada é gratuita e que o local é muito bem conservado.

A Srª Maria Agostinho lembrou que alguém está arcando com os custos para que outros possam desfrutar da gratuidade. O Sr. Pedro Gonçalves ressaltou que os visitantes que pagam preços exorbitantes são os que estão financiando essa gratuidade. Ele destacou que houve um aumento quase de 100% no valor dos ingressos no Parque, e sugeriu que parte desse lucro obtido pela concessionária com esse aumento seja direcionado para a gratuidade do entorno.

Na visão do Sr. Fábio Gandra, ao conceder a gratuidade aos quatro municípios do entorno, o Parque será melhor visto pelos moradores, tornando-se mais querido, e estes se sentirão mais conectados ao local.

O Sr. Pedro Cleto enfatizou que acredita que todos já tenham percebido o interesse da concessionária Parquetur na democratização do Parque, incentivando a frequência dos visitantes. No entanto, é importante lembrar que a Parquetur é uma concessionária e investe recursos para operar o Parque. Portanto, será necessário um reequilíbrio contratual para que a empresa consiga atender a essas solicitações. Ele salientou que não vê isso como algo negativo, pelo contrário, acredita ser do interesse da empresa proporcionar gratuidade para as pessoas, permitindo-lhes acessar o Parque. Contudo, isso requer um reajuste contratual. Ele convidou todos a compreender como a concessionária será reequilibrada para possibilitar a gratuidade para todos os moradores do entorno que atualmente pagam, pois o ICMBio, como poder concedente, precisa reajustar o contrato para implementar essa mudança. Não é possível simplesmente ordenar a concessão de gratuidade para os municípios a partir de agora, pois isso desequilibraria o contrato. Portanto, ele propôs que discutissem, ele como concessionário, maneiras teóricas de solucionar o problema do ICMBio, visto que o órgão estabeleceu um contrato para as concessionárias que demonstrassem interesse em assumir essa responsabilidade. Proporcionar gratuidade para os quatro municípios do entorno, e expandir o desconto entorno para outras cidades, causaria um desequilíbrio no contrato, o qual necessitará ser ajustado.

Sendo assim, a ideia e a posição do Sr. Pedro Cleto na reunião foi que todos ponderassem sobre como equilibrar o contrato, pois sem essa alteração no contrato, o ICMBio não terá a capacidade de implementar essa mudança sem uma contrapartida adequada para a concessionária.

O Sr. Pedro Gonçalves questionou se no contrato o ICMBio não oferece uma margem de negociação para o valor do ingresso. O Sr. Felipe explicou que no termo aditivo, durante a troca da concessionária e na repactuação dos compromissos, ficou estabelecido que a concessionária teria permissão para elevar o preço do ingresso para o máximo de R\$ 40,00 a partir de maio de 2023, com reajustes anuais baseados no IPCA. O Sr. Pedro Gonçalves novamente perguntou se o ICMBio não concede essa margem de negociação, considerando que anteriormente havia desconto para os visitantes brasileiros. O Sr. Felipe esclareceu que o contrato foi elaborado com base em uma determinada realidade e que qualquer modificação exigiria um reequilíbrio. Da mesma forma, se houve mudanças no cenário, como um aumento de visitantes de cem mil para duzentos mil no Parque, também seria necessário um reequilíbrio.

A Sr^a Ingrid Coelho observou que no contexto atual está sendo discutido o reequilíbrio contratual. Ela destacou a importância de fazer as coisas funcionarem dessa maneira, mas também ressaltou a necessidade de equilibrar as relações sociais e culturais no que diz respeito à quantidade de visitantes no Parque. Ficou evidente que os moradores mais distantes deixam de visitar devido à falta de recursos financeiros. Nesse sentido, a concessionária não estaria perdendo visitantes, mas sim ampliando a inclusão dos moradores do entorno.

Ao oferecer um valor acessível de R\$ 4,00 para esses moradores mais distantes, eles passariam a frequentar o Parque. Isso representaria um acréscimo de R\$ 4,00 e contribuiria para o equilíbrio social. Ela ressaltou que anteriormente o valor cobrado era R\$ 20,00 e agora é R\$ 40,00, sendo fundamental manter esse equilíbrio. Com o aumento do preço, alguns visitantes não teriam condições de pagar. Portanto, ela expressou seu apoio à ideia de conceder gratuidade aos moradores atuais do entorno, dada a baixa visitação. Isso incentivaria esses moradores a fazerem parte dessa Unidade de Conservação e a cumprir os princípios estabelecidos pelo ICMBio para as Unidades de Conservação. Para ela, sentir-se parte é uma forma de educação ambiental, de respeito e proteção. Portanto, ela é a favor de isentar o morador mais próximo da taxa de entrada no Parque, enquanto o morador do entorno mais distante pagaria R\$ 4,00. Ela considera essa medida necessária em prol da justiça social.

O Sr. Rodrigo Santos fez uma observação sobre a fala do Sr. Fábio Gandra em relação à questão da porcentagem. Ele explicou que a porcentagem de visitação dos moradores do entorno nunca foi de 5%, devido à ausência de desconto nos finais de semana e feriados. Somente agora, com a ausência de restrições nos dias de visita, os visitantes do entorno que possuem desconto poderão visitar o Parque em qualquer dia, possibilitando uma avaliação precisa da porcentagem.

O Sr. Rodrigo ressaltou que, ao discutir dados, é importante ter essa informação para tornar o tema mais embasado. Ele informou a todos que durante o feriado de 07 de setembro, com o desconto para moradores do entorno em vigor, foi registrado um total de 20% de moradores do entorno entre o número total de visitantes. Isso representa uma porcentagem significativa.

Ele destacou que a partir de setembro em diante, será possível determinar com precisão a real porcentagem de visitantes do entorno. Neste contexto, é incorreto afirmar que se trata de uma visitação mínima, já que a restrição nos dias de visita era o fator limitante. Agora, os visitantes do entorno têm a oportunidade de visitar o Parque pagando menos em qualquer dia do ano.

A Sr^a. Ingrid Coelho reforçou a sua opinião de que, se não fosse pelo desconto do entorno, muitos desses visitantes não viriam ao Parque.

O Sr. Felipe concordou com a Sr^a Ingrid e que acredita que ampliar os municípios concedendo o desconto do entorno proporcionará mais pessoas o acesso ao Parque. No entanto, ele ressaltou que, por enquanto, isso é uma teoria, uma hipótese. Sugeriu que esse assunto seja mais bem discutido em uma próxima reunião, mas caso todos concordem, e queiram fazer o encaminhamento desse assunto assim mesmo, o encaminhamento seria feito conforme a decisão do grupo.

Em seguida, o Sr. Felipe questionou a todos se havia consenso em relação à redação em pauta. Após a contagem das instituições presentes, totalizando 13, pediu para aqueles que concordassem com a redação levantarem as mãos. Seis representantes das instituições presentes levantaram as mãos.

O Sr. Felipe lembrou que a suspensão do desconto do entorno é uma medida do ICMBio, mas é uma preocupação do Parque e da Parquetur evitar a superlotação, uma vez que há um limite crítico na Parte Baixa que, ao ser ultrapassado, impacta negativamente na experiência da visita. Ele ressaltou que, no contrato atual do Parque, não será mais permitida essa suspensão do desconto do entorno. Destacou que a liberação do desconto no feriado de setembro foi a primeira experiência, resultando em 30% da visitação do entorno no domingo.

O Sr. Felipe propôs que o assunto seja deixado para ser discutido em uma próxima reunião, possivelmente uma reunião extraordinária, para amadurecer a proposta e analisar a relação das cidades. Ele enfatizou a importância de os interessados nesta relação de cidades citadas buscarem suas contribuições antes da reunião, a fim de chegar ao encontro com ideias mais consolidadas.

O Sr. Renato Rodrigues, da UFRJ, enfatizou que esta era sua primeira participação na reunião do Conselho do Parque Nacional do Itatiaia e expressou o desejo de fazer uma observação acerca da fala do Sr. Pedro Cleto. O Sr. Renato destacou que o Sr. Pedro mencionou que a instalação da tirolesa é uma obrigação imposta pelo contrato entre a Parquetur e o ICMBio, não havendo alternativa para a empresa em não cumprir tal determinação, comparando a situação com a reabilitação de uma área degradada. O Sr. Renato ressaltou que, no contexto apresentado, é importante ressaltar que na reabilitação de uma área degradada, a empresa gastaria dinheiro para recuperar, enquanto no caso da instalação da tirolesa, a empresa irá gerar receita. Ele considerou, portanto, que foi uma comparação infeliz, pois a obrigação de instalação da tirolesa resultará em significativos ganhos financeiros para a empresa, com o valor do ingresso estipulado em R\$ 80,00, por pessoa. Explicou que é importante lembrar que a Parquetur é uma concessionária presente no Parque com o objetivo de maximizar seus ganhos financeiros, fato evidenciado pelo aumento do preço do ingresso para R\$ 40,00. Além disso, destacou que é dever do Conselho considerar a proposta apresentada pelo Sr. Fábio Gandra, que sugere um desconto de 90% do valor para moradores de outros municípios. Caso não seja viável esse percentual, pelo menos a proposta abre espaço para negociação, visando democratizar o acesso ao Parque, que é uma área pública sujeita à concessão. O Sr. Renato também recordou que houve uma observação de uma colega sobre a diminuição das verbas pelo governo, e salientou que essa situação é de fato uma questão evidente. A concessão é concedida pelo governo como forma de se eximir do seu dever constitucional de manter os Parques em funcionamento. Portanto, ele enfatizou a importância de ampliar essa discussão, mesmo que não se chegue a um desconto de 90%, 80% ou 50%. Sugere que seja aberta uma conversa com a concessionária e que a empresa considere que esses descontos podem resultar em um aumento da visitação, sem prejuízo para a concessionária, mas sim em ganhos claros.

Conclusão:

Por consentimento unânime dos presentes, foi deliberado que o tema referente à ampliação do desconto para residentes de outros municípios seja deixado para uma discussão mais aprofundada na próxima reunião do conselho.

A reunião foi encerrada, pelo Sr. Felipe Mendonça, após a conclusão desta deliberação.

5. JUSTIFICATIVAS DE FALTAS:

A Conselheira Soraya Martins, representante da NGI - APA Serra da Mantiqueira, enviou um e-mail no dia 06/09/23 ao Parque, justificando a ausência dos representantes do NGI, por motivos de viagem a trabalho.

O Conselheiro Sr. André Barbosa, representante do Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA, enviou um e-mail datado do dia 20/09/2023, comunicando que, devido às suas atribuições no UniFOA, não poderia estar presente na reunião do dia 22 de setembro. No entanto, enviou suas considerações sobre a moção e recomendação, as quais foram descritas abaixo:

- Endosso das colocações do Sr. Fabio Gandra quanto aos valores dos ingressos. Sugeriu um desconto de aproximadamente 50% para os munícipes do entorno.
- Destacou a importância da compensação ambiental pela pavimentação da estrada de Visconde de Mauá, ressaltando que isso é fundamental para a manutenção e conservação da biodiversidade, dado que o fácil acesso muitas vezes intensifica os problemas (como lixo, ruído, ocupação imobiliária, entre outros).
- Considerou a Semana da Acessibilidade pode ajudar a desenvolver estratégias que facilitem o acesso aos atrativos do parque.
- Sugeriu que a tirolesa seja pensada não apenas como um atrativo para os usuários, mas também de modo a contemplar a pesquisa.

O Sr. André Barbosa expressou que, infelizmente, não está familiarizado com o cotidiano de uma Unidade de Conservação e escreveu como um usuário, baseando-se em alguns estudos desenvolvidos no parque.

O conselheiro Sr. Waldecy, representante da FEMERJ, enviou um e-mail datado do dia 22/09/2023. Nele, agradeceu pelas contribuições e informou que em anexo seguia a versão 2 da minuta. Além disso, informou que não poderia participar da reunião naquele dia, devido a outros compromissos. Desejou uma ótima e produtiva reunião para todos os presentes.

6. ENCERRAMENTO

O Sr. Felipe Mendonça encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos os presentes.

Eu, Elisabete Hulgado, Secretária Executiva deste Conselho Consultivo, lavro a presente ata e destaco que a Sra. Eufrania Abreu, funcionária da Área Temática da Socioambiental do PNI redigiu o presente documento, fiel às falas dos presentes.